

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO  
Mestrado em Educação

**RICARDO JOSÉ REIS DE ABREU**

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA: ASPECTOS DISCURSIVOS,  
SUBJETIVAÇÃO E GOVERNAMENTALIDADE**

Itatiba  
2015

**RICARDO JOSÉ REIS DE ABREU – RA 002201300753**

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA: ASPECTOS DISCURSIVOS,  
SUBJETIVAÇÃO E GOVERNAMENTALIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alexandrina Monteiro

Itatiba  
2015

330.567.2     Abreu, Ricardo José Reis de.  
A146e           Educação financeira: aspectos discursivos, subjetivação e  
                  governamentalidade / Ricardo José Reis de Abreu -- Itatiba, 2015.  
                  85 p.

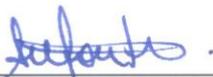
                  Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação  
*Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco.  
                  Orientação de: Alexandrina Monteiro.

                  1. Educação financeira. 2. Currículo. 3. Discurso. 4. Subjetivação.  
                  5. Governamentalidade. I. Monteiro, Alexandrina. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelas bibliotecárias do Setor de  
Processamento Técnico da Universidade São Francisco.

**UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU***  
**EM EDUCAÇÃO**

Ricardo José Reis de Abreu defendeu a dissertação “EDUCAÇÃO FINANCEIRA: ASPECTOS DISCURSIVOS, SUBJETIVAÇÃO E GOVERNAMENTALIDADE” aprovada no Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco em 30 de abril de 2015 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:



---

**Profa. Dra. Alexandrina Monteiro**  
**Orientadora e Presidente**



---

**Profa. Dra. Jackeline Rodrigues Mendes**  
**Examinadora**



---

**Profa. Dra. Maria de Fátima Guimarães**  
**Examinadora**

Dedico este trabalho a todos os professores do curso,  
minha esposa, filha e amigos pelo incentivo e apoio  
constantes.

## Agradecimento

Agradeço a todos que direta ou indiretamente fizeram parte desta caminhada.

De forma especial agradeço minha esposa Nathally e minha filha Ana Luisa pela paciência demonstrada, meu amigo Leandro pelo apoio dado desde o início deste trabalho e minha orientadora, Dr<sup>a</sup>. Alexandrina Monteiro, pelo profissionalismo, carinho e dedicação.

*Quando temos a consciência de já não dominarmos os acontecimentos ou de já os não compreendermos, olhamos para trás e perguntamos a nós mesmos se aqueles que exerceram maior influência num passado recente não nos terão metido em falsas pistas e não nos terão cegado e tornado incapazes de agir.*

*TOURAINÉ, 2010.*

## RESUMO

Este trabalho problematiza a educação financeira no Brasil. Uma proposta educacional relacionada à crise financeira internacional, um dos principais problemas enfrentados pelo mundo contemporâneo desde o final da década de 2000, cujos debates se intensificaram bastante principalmente após os acontecimentos de 2008.

As propostas de educação financeira que circulam não somente no Brasil, mas em vários outros países, são mais um claro exemplo de como as políticas públicas educacionais estão imbricadas em redes de poder/saber, desenhando-se de acordo com os cenários políticos, sociais e econômicos estabelecidos.

A análise gira em torno das relações de consumo e nos modelos de conduta por elas articulados que por sua vez visam constituir um sujeito capaz de contribuir para a manutenção dos sistemas econômicos neoliberais. Neste contexto, destaco o caso do Brasil que na contramão da referida crise obteve um forte crescimento econômico impulsionado pelo consumo facilitado pelo crédito principalmente entre os anos de 2006 e 2010.

Para isso, apoiei-me metodologicamente nas concepções sobre o consumo das sociedades líquido-modernas propostas por Zygmunt Bauman articuladas com os estudos foucaultianos em educação, problematizando os aspectos discursivos da educação financeira que circulam através de documentos oficiais (decretos, sites, projetos de lei) que ora argumentam a favor ora contra a disciplinarização do tema na educação básica. Espero com isso trazer elementos que possibilitem a desconstrução dessa trama de poder/saber cujas “estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 1988, p. 89)”.

**Palavras-chave:** educação financeira; currículo; discurso; subjetivação; governamentalidade.

## ABSTRACT

This study discusses the financial education in Brazil. An educational proposal relating to the international financial crisis, one of the main problems facing the contemporary world since the late 2000s, whose debates intensified greatly especially after the events of 2008.

The proposals for financial education circulating not only in Brazil, but in many other countries, are another clear example of how educational policies are embedded in networks of power/knowledge, drawing in accordance with the political, social and economic scenarios established.

The analysis revolves around the consumer relations and models of conduct which they articulated which in turn intend constitute a subject able to contribute to the maintenance of neoliberal economic systems. In this context, I highlight the case of Brazil which in opposite direction of that crisis experienced strong economic growth driven by consumption facilitated by the credit mainly between the years 2006 and 2010.

For this, I supported methodologically in the conceptions of consumption of liquid-modern societies proposed by Zygmunt Bauman articulated with Foucault's studies in education, questioning the discursive aspects of financial education circulating through official documents (decrees, websites, bills) which now argue for now against disciplining theme in basic education. I hope with this bring elements allowing the deconstruction of this plot of power/knowledge whose "strategies in which they take effect, whose general design or institutional crystallization is embodied in the state apparatus, in the formulation of the law, in the various social hegemonies (FOUCAULT, 1978, p. 92-93)".

**Keywords:** financial education; curriculum; discourse; subjectivity; governmentality.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Parte 1 do Infográfico da ENEF.....	47
Figura 2: Parte 2 do Infográfico da ENEF.....	48
Figura 3: Parte 3 do Infográfico da ENEF.....	49
Figura 4: Parte 4 do Infográfico da ENEF.....	50
Figura 5: Parte 5 do Infográfico da ENEF.....	50
Figura 6: Parte 6 do Infográfico da ENEF.....	51
Figura 7: Capa da revista britânica <i>The Economist</i> publicada em novembro de 2009.....	55

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Faixas de Renda das Classes Sociais Brasileiras.....	28
--	----

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Demandas em relação ao PIB - 2013 .....	32
Gráfico 2: Evolução do PIB brasileiro (2006-2010) .....	60
Gráfico 3: Evolução da taxa de desemprego e índice de emprego formal no Brasil (2006-2010).....	60
Gráfico 4: Evolução do salário mínimo no Brasil (2006-2010) .....	61
Gráfico 5: Redução da pobreza no Brasil (2006-2010).....	61
Gráfico 6: Evolução da relação Crédito/PIB no Brasil (2006-2010) .....	62
Gráfico 7: Evolução da distribuição das classes sociais no Brasil (2006-2010) .....	62
Gráfico 8: PIB brasileiro revisado (2001-2013) .....	85

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AEF-Brasil - Associação de Educação Financeira do Brasil

AMBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

BCB - Banco Central do Brasil

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo)

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRIC - Inicialmente a organização surgiu como BRIC: Brasil, Rússia, Índia e China. Em 2011 a África do Sul foi oficialmente aceita (O “**S**” acrescentado significa South Africa)

BRICS - Grupo com fins econômicos formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CEB/CNE - Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação

CEC - Comissão de Educação e Cultura

CNSeg - Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

CONEF - Comitê Nacional de Educação Financeira

COREMEC - Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

DEM – Democratas (partido político)

EF – Educação Financeira

ENEF - Estratégia Nacional de Educação Financeira

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FEBRABAN – Federação brasileira de Bancos

FMI - Fundo Monetário Internacional

G20 - Grupo dos 20 - formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Européia

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDH- M - Índice de Desenvolvimento Humano (municípios)

IPC Maps – Indicador de Potencial de Consumo Nacional

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PIB - Produto Interno Bruto

PL – Projeto de Lei

PLC - Projeto de Lei da Câmara

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

SAE/PR - Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

SIMAVE - Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

## SUMÁRIO

<b>1. MEU PONTO DE PARTIDA .....</b>	<b>16</b>
<b>2. AS RELAÇÕES DE CONSUMO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO .....</b>	<b>21</b>
2.1. A explosão do consumo no Brasil .....	26
<b>3. O ANALFABETISMO FINANCEIRO NO BRASIL: “PREOCUPAÇÃO” DO PODER PÚBLICO (?) .....</b>	<b>35</b>
3.1. A criação de uma nova disciplina.....	38
3.2. Sobre as alterações ao projeto inicial e negação da proposta .....	40
<b>4. VIDA E DINHEIRO: ANÁLISE DISCURSIVA DO PRINCIPAL INSTRUMENTO PEDAGÓGICO DA ENEF .....</b>	<b>45</b>
4.1. Cenário social, político e econômico de produção do Decreto nº 7.397/2010 .....	53
4.2. Urdimentos que sustentam os discursos da educação financeira no Brasil.....	58
<b>5. A EDUCAÇÃO GOVERNAMENTALIZADA NEOLIBERAL.....</b>	<b>66</b>
5.1. A discursividade neoliberal presente no Plano Diretor da ENEF .....	68
<b>6. VIDA LÍQUIDO-MODERNA: DO OTIMISMO AO PESSIMISMO EM UM PISCAR DE OLHOS .....</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>79</b>
<b>ANEXO 1.....</b>	<b>84</b>
<b>ANEXO 2.....</b>	<b>85</b>

## 1. MEU PONTO DE PARTIDA

Falando um pouco de minha trajetória pessoal, gostaria de resumir em poucas linhas o motivo pelo qual escolhi o referido tema. No ano de 1999, quando cursava o segundo ano de minha Licenciatura em Matemática, tive a oportunidade de trabalhar em um grande banco multinacional de varejo. Naquele ambiente de trabalho, fui aos poucos percebendo a falta de discernimento de grande parte das pessoas quando a questão era lidar com dinheiro.

Embora o contexto socioeconômico do país na época fosse diferente deste que vivenciamos de uma década para cá, nossa economia já havia adquirido estabilidade graças ao sucesso do Plano Real, mas a impressão que eu tinha era que as pessoas estavam tão acostumadas a um cenário econômico hiperinflacionário, que não se davam conta de que a situação era outra bem diferente e tomavam empréstimos a altas taxas de juros, sem nenhum critério e sem fazer nenhum tipo de análise. A consequência desse quadro era a inadimplência seguida de todos os problemas que devedores nessa situação enfrentam. As dificuldades financeiras acabavam afetando de tal forma a vida particular e profissional dessas pessoas que muitos acabavam perdendo seus empregos e depois não conseguiam se recolocar no mercado de trabalho. Comecei a perceber aí que conhecimentos básicos em finanças, investimentos e um planejamento mínimo poderiam ajudar essas pessoas a não tomarem decisões tão precipitadas.

Concluí minha graduação em meados de 2001 sem cursar a disciplina Matemática Financeira, já que esta não fazia parte da grade curricular de meu curso, embora já tivesse razoável conhecimento da matéria, pois ela fazia parte do meu trabalho no dia a dia. O contato acadêmico com a disciplina só viria em 2003 no meu curso de especialização em Matemática e Ensino pelo Centro Universitário do Sul de Minas.

Em 2002, deixei meu emprego no banco e iniciei minha curta carreira docente na rede pública estadual de Minas Gerais. Paralelamente, lecionava em uma instituição particular de ensino superior. Isso se deu até meados de 2004. Embora considerasse o assunto de elevada importância para a vida de qualquer pessoa, nunca consegui trabalhar o tema *Finanças* em minhas aulas de Matemática.

Em 2005, deixei a docência e voltei a trabalhar no mercado financeiro, desta vez como Corretor de Seguros e Crédito e Agente Autônomo de Investimentos. O cenário econômico nesta época começava a mudar ainda que timidamente. Um ano mais tarde (2006) a economia brasileira começa a demonstrar uma pujança jamais vista. O Brasil dá início a um ciclo de avanços socioeconômicos que tem seu auge no ano de 2010. A população se via diante de uma nova situação. O acesso ao consumo, ao crédito e ao emprego formal fazia com as pessoas se sentissem confiantes para assumir dívidas de médio e longo prazo e a consequência disso foi um boom econômico que levou o Brasil a ocupar a posição de sexta maior economia do mundo em 2011.

Incrivelmente o país seguia na contramão da crise financeira internacional, um dos principais problemas enfrentados pelo mundo contemporâneo no início do século XXI. A notícia anunciando sua chegada se espalhava pelo mundo em agosto de 2008 causando enormes preocupações. Num mundo economicamente globalizado não havia dúvidas que a crise iniciada nos Estados Unidos devido à quebra de um sistema de financiamento imobiliário de risco (subprimes) contaminaria as economias de todo o planeta. A primeira consequência da crise foi a quebra de grandes conglomerados financeiros como o Banco Lehman Brothers e a Seguradora American International Group (AIG).

No Brasil, que, aliás, atravessava um bom momento econômico naquela época, especialistas e a população temiam que a crise nos empurrasse novamente para a recessão e o desemprego. O então Presidente Lula foi à TV no final de 2008 e disse que o governo não mediria esforços para que o “tsunami” da crise financeira chegasse ao país apenas como uma “marolinha”. Seu discurso foi arduamente criticado por políticos opositores, economistas e imprensa que o acusavam de tentar ludibriar a população e de se esquivar de suas responsabilidades como governante. Em seu pronunciamento, o Presidente Lula descreveu a situação econômica confortável em que o Brasil se encontrava colocando-a como principal arma para combater a crise. Encorajou os investidores e os consumidores a não abandonarem seus sonhos, deixando claro que a atitude da população seria fundamental nesse enfrentamento.

Após uma leve retração econômica no ano de 2009, o país retomou o crescimento em 2010 e destacou-se grandemente no cenário mundial como sendo um dos países que menos sentiram os efeitos da crise e um dos primeiros a dela sair, ao contrário de muitos outros considerados economicamente mais desenvolvidos e que até hoje não conseguiram superar a

recessão. O Brasil passou a ser visto como uma espécie de porto seguro para os investimentos estrangeiros, atraindo o capital externo e grandes eventos esportivos internacionais.

Considerar esses fatores sempre me levou a pensar o quanto compreendê-los poderia auxiliar as pessoas em suas finanças pessoais, portanto, a escola poderia e deveria ser um lugar fecundo para iniciar essa discussão. E foi essa crença, combinada com o conjunto de fatores que marcavam a economia brasileira principalmente entre os anos de 2006 e 2010 que me motivaram a investigar as propostas sobre educação financeira que atravessavam o Brasil já há algum tempo.

Em 2010 eu frequentava como aluno especial as aulas do curso de pós-graduação em educação matemática da UNESP Rio Claro (SP), já com a intenção de desenvolver futuramente uma pesquisa sobre educação financeira. Lá tive meu primeiro contato com Foucault, mas seus textos me causavam certa estranheza e não me seduziram. Nessa época a mídia já divulgava algumas notícias relacionadas à tentativa do poder público em inserir o referido tema no currículo escolar.

A estranheza a que me referi a pouco continuou me acompanhando quando ingressei no mestrado em educação da USF no início de 2013. A dúvida que mais me inquietava era “como iria correlacionar as ideias foucaultianas com a educação financeira?” Ou “como pensar a educação financeira numa perspectiva foucaultiana?” Mas aos poucos o contato com as leituras, os debates em sala de aula, os textos dos pesquisadores que articulam seus conceitos com estudos em educação me ajudaram a compreender o movimento que Foucault faz (ia), mas confesso que esse deslocamento teórico não tem sido nada fácil. Na verdade eu ainda me sinto dentro de um caos teórico.

O próximo passo seria tentar colocar em suspeição algumas verdades que para mim já estavam legitimadas e tentar enxergar a educação financeira não somente como uma proposta educacional que objetiva formar um sujeito autônomo, crítico, consciente, reflexivo e emancipado, mas também como uma técnica de governmentação que vêm se constituindo como política de estado e educacional por meio do Decreto nº 7.397/2010 que através dos seus discursos e processos de subjetivação está produzindo saberes e práticas que gravitam em torno do consumo, do uso consciente do dinheiro e do crédito, das escolhas seguras de investimento e poupança sempre em consonância com os preceitos econômicos neoliberais. A partir desse momento outras questões passaram a me nortear tais como: A quem interessa a educação financeira no Brasil? Que tipo de sujeito ela pretende constituir? Quais

comportamentos (do ponto de vista econômico) ela pretende estimular? Com que finalidade?

Na minha perspectiva inicial, a Educação Financeira (EF) deveria ter um caráter *emancipador*, estar relacionada à *realidade do aluno* e do cidadão e possuir como objetivo principal a formação de um sujeito *autônomo, consciente, crítico, reflexivo e capaz de fazer boas escolhas para si*. Este meu posicionamento era fortemente atravessado pelas teorizações críticas que ainda predominam nos discursos pedagógicos no Brasil. No meu modo de pensar essa ideia já era uma verdade consolidada, mas muitas coisas que já estavam tranquilas dentro de mim começaram a mudar assim que iniciei meu contato com a filosofia pós-estruturalista de Michel Foucault e os estudos foucaultianos em educação.

[...] temos de estar sempre preparados para pensar de outro modo; temos de estar abertos para discordarmos do que pensávamos até pouco tempo atrás. A rigor, não podemos nos fazer seguidores fiéis de ninguém: nem de nós mesmos.

Por tudo isso, o “pensar de outro modo” é um exercício difícil e arriscado (VEIGA-NETO; LOPES, 2010, p. 160).

Através de uma perspectiva pós-crítica, busco nesse trabalho problematizar os aspectos discursivos da educação financeira no Brasil, mas que poderia servir também para outros países que adotam o modelo econômico neoliberal, desconstruindo essa trama de poder/saber que vem instituindo e legitimando saberes e práticas que objetivam basicamente formatar e conduzir o comportamento econômico da população.

Quando digo “desconstrução” não tenho a pretensão de rejeitar completamente o que está posto, nem tampouco estabelecer uma nova verdade, pois entendo que “a desconstrução consiste, pelo menos parcialmente, em uma recusa em ler o texto como ele deseja ser lido (MASCIA, 2002, p. 40)”.

Para isso, dividi esse trabalho em seis partes. No primeiro capítulo trago os fatores que marcavam a economia brasileira e também meus atravessamentos pessoais como motivações principais para o desenvolvimento desta pesquisa.

No segundo capítulo, discuto as relações de consumo no mundo contemporâneo e como estas se constituíram como força motriz das economias neoliberais. Para isso, utilizo como ferramentas de análise as concepções do sociólogo polonês Zygmunt Bauman sobre o referido tema, destacando de forma especial para o caso do Brasil.

No terceiro capítulo, destaco a preocupação do poder público com nível de conhecimentos financeiros da população brasileira, bem como as medidas adotadas para

instituir este campo de saber que tem como finalidade a formação de sujeitos capazes de perseguir seus objetivos conforme as aspirações do mercado e do estado.

No quarto capítulo, faço algumas análises discursivas em torno do principal instrumento pedagógico da Estratégia Nacional de Educação Financeira (site Vida e Dinheiro), o cenário de produção do decreto que a institui (Dec. nº 7.397/2010), bem como a tecitura das tramas que sustentam seus discursos, lançando mão de conceitos como Biopolítica e Governamentalidade, que muitas vezes se utilizam do currículo escolar como tecnologia capaz de operar dentro da racionalidade neoliberal.

No quinto capítulo chamo a atenção para a educação governamentalizada neoliberal, ou seja, para as relações existentes entre a educação escolarizada e a economia política.

Para encerrar, no sexto e último capítulo faço as últimas considerações sobre a volatilidade da vida líquido-moderna e a exigência que esta faz pela constituição de um sujeito adaptável às constantes mudanças.

## 2. AS RELAÇÕES DE CONSUMO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Talvez não exista pior privação, pior carência, que a dos perdedores na luta simbólica por reconhecimento, por acesso a uma existência socialmente reconhecida, em suma, por humanidade (BOURDIEU apud BAUMAN, 2008, p. 7).

É citando Pierre Bourdieu que o sociólogo polonês Zygmunt Bauman inicia a introdução de sua clássica obra *Vida para Consumo – A Transformação das Pessoas em Mercadorias* (2008). Do meu ponto de vista, esta frase citada de Bourdieu talvez sintetize com precisão a busca constante dos sujeitos da contemporaneidade em se tornarem aceitos numa sociedade cada vez mais fluida, que se pauta nas relações e padrões de consumo como indicador de status. O medo da exclusão “promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumistas, e rejeita todas as opções culturais alternativas (BAUMAN, 2008, p. 71)”.

O parágrafo acima destaca duas situações diferentes, consumo e consumismo. A palavra *Consumo*<sup>1</sup> vem do latim CONSUMERE, que significa “destruir, gastar, esgotar”, formado por COM, “intensificativo”, mais SUEMERE, “apoderar-se, tomar, agarrar”. Já consumismo será aqui entendido como um estilo de comportamento marcado pelo consumo excessivo. Embora muitas vezes essas palavras sejam usadas como sinônimas elas indicam aspectos bem distintos, ou seja, o consumo pode ser compreendido como uma atividade essencial para a sobrevivência humana e consumismo como estilo de comportamento marcado pelo consumo excessivo, muitas vezes alienado e determinado por práticas discursivas. E é sobre o consumismo que pretendemos tratar nesse texto, embora no decorrer do mesmo, utilizemos quase sempre a palavra *consumo* para designá-lo.

O neoliberalismo entendido como *liberdade absoluta de mercado* a partir da década de 1970 trouxe significativas transformações nas relações entre capital, trabalho e consumo. O estado minimizou o seu papel intervencionista e passou a estimular a competição, buscando desincumbir-se (embora não assuma) inclusive de funções sociais como saúde, educação e segurança, passando a mero expectador das flutuações de mercado que são muitas vezes manobras engendradas pelas grandes corporações. A partir daí, o estado consegue desonerar

---

<sup>1</sup> Fonte: <<http://origemdapalavra.com.br/>>

seus encargos criando condições propícias para que tais funções passem a ser exploradas por empreendimentos privados fazendo com que assistamos a uma transformação de direitos sociais em objetos de consumo.

A racionalidade neoliberal passou a ideologizar a cultura consumista nas camadas médias da sociedade estimulando a aquisição de bens não pelo seu valor material ou como alternativa de investimento que pudesse trazer um retorno futuro, mas pela possibilidade de ascensão social que a posse destes pode proporcionar. As elites ditam a moda e as classes medianas e até mesmo as menos privilegiadas buscam segui-la.

Nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos (HARVEY, 2008, p. 17).

Passamos a viver numa época em que o padrão de consumo determina o status, o sucesso ou o fracasso do indivíduo dentro da sociedade. Para Bauman (2008) o que interessa é a sua capacidade de consumir, não de produzir, além disso, esse sujeito também passa a ser o responsável pelas suas escolhas, sejam elas bem ou mal sucedidas. O consumo passou a ser, assim, um meio através do qual os indivíduos se tornam sujeitos nas sociedades modernas.

[...] a *sociedade* de consumidores representa um conjunto peculiar de condições existenciais em que é elevada a probabilidade de que a maioria dos homens e das mulheres venha a abraçar a cultura consumista em vez de qualquer outra, e de que na maior parte do tempo obedeçam aos preceitos dela com máxima dedicação (BAUMAN, 2008, p. 70).

Segundo Bauman (2008), houve um deslocamento no decorrer do século XX, de uma sociedade de produtores estruturada no trabalho e na aquisição de bens que proporcionavam uma sensação de segurança e conforto orientada para o futuro, para uma sociedade de consumidores que vincula a satisfação dos desejos ao consumo de produtos que são rapidamente descartados, seguindo a dinâmica do capitalismo de consumo que é exatamente apresentar novidades fazendo com que os bens adquiridos entrem num curto espaço de tempo na chamada obsolescência programada. A cultura da poupança cedeu lugar à cultura do consumo. As facilidades de crédito e os discursos publicitários induzem o sujeito a estar sempre disposto a se desfazer de seus objetos para adquirir o último lançamento. Para Bauman, essa volatilidade é que caracteriza o que ele denomina de fase líquida da modernidade.

Isso não significa dizer que no liberalismo não havia consumidores ou que no neoliberalismo não haja produção. Evidentemente, a produção se faz para o

consumo, e o consumo só é possível pela existência da produção. O que acontece é uma mudança de ênfases. Enquanto o foco esteve sobre a troca de mercadorias, a ênfase esteve do lado da produção; quando o foco se desloca para a competição, a ênfase deixa de estar na produção de bens, passando para o consumo. O que importa agora não é ter muitas mercadorias para vender, mas ter elementos que façam vencer a competição pela conquista dos consumidores (SARAIVA; VEIGA-NETO, 2009, p. 189).

Não pretendo aqui dicotomizar as fases sólida e líquida das sociedades modernas de acordo com as proposições de Bauman, já que em ambas há produção e consumo ainda que com dinâmicas bastante diferentes. Meu objetivo é problematizar questões relacionadas ao consumo no mundo contemporâneo, suas implicações culturais, sociais e econômicas, bem como seu poder de constituição de subjetividades.

A cultura do consumo no mundo atual se sustenta através da incapacidade do sujeito em adiar seus desejos. Enquanto nas sociedades sólido-modernas os desejos consistiam na aquisição de bens duráveis, nos investimentos de longo prazo que proporcionavam uma sensação de segurança, nas sociedades líquido-modernas a aquisição não só de determinados produtos, mas de serviços, hábitos e valores fazem com que o indivíduo se sinta parte de determinados grupos mesmo que seja por um curto período, pois rapidamente este produto, serviço ou valor cairá em desuso e deverá ser substituído por outro mais moderno num movimento que nunca termina, numa constante busca de satisfação imediata dos desejos e manutenção do sentimento de pertencimento, mas a insatisfação está sempre presente e o futuro parece não existir. A velocidade e imprevisibilidade com que as transformações ocorrem inviabilizam o planejamento voltado para o amanhã.

O fetiche pelas mercadorias acaba logo depois que suas vendas se massificam. A partir daí elas perdem seu encanto, mas o capital já atingiu seu objetivo principal que é a geração de vultosos lucros. O passo seguinte agora é esperar a próxima novidade do mercado que rapidamente se transformará num novo sonho de consumo.

Bauman (2008) procura mostrar que as próprias pessoas acabam entrando numa dinâmica de comportamento como se fossem elas próprias mercadorias, expondo-se em redes sociais como objetos em uma vitrine, desconstruindo-se e reconstruindo-se, buscando sempre se (re) atualizar ou mesmo se antecipar às tendências de mercado para manter seu status social ou sua empregabilidade (mesmo que mudando de emprego constantemente), já que "como todas as pessoas avançam, quem ficar parado será inevitavelmente separado dos outros por um espaço cada vez maior" (GAULEJAC apud BAUMAN, 2008, p. 110)". Somos obrigados

a nos tornar uma pessoa nova a cada dia e a nos enquadrar num mercado cada vez mais exigente, além de promover nosso marketing pessoal.

Na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria, e ninguém pode manter segura sua subjetividade sem reanimar, ressuscitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável. A "subjetividade" do "sujeito", e a maior parte daquilo que essa subjetividade possibilita ao sujeito atingir, concentra-se num esforço sem fim para ela própria se tornar, e permanecer, uma mercadoria vendável. A característica mais proeminente da sociedade de consumidores - ainda que cuidadosamente disfarçada e encoberta - é a *transformação dos consumidores em mercadorias*; (BAUMAN, 2008, p. 20, grifo do autor).

Sempre temos a impressão de estar vivendo num interminável estado de alerta no qual a urgência do consumo alimenta a urgência na produção. O Produto Interno Bruto (PIB) deve crescer a passos largos ano após ano. Somos constantemente subjetivados a procurar novas necessidades (na verdade desejos) a serem satisfeitas, consumimos e nos deixamos consumir através de discursos que prometem a felicidade e movimentam uma economia do descarte, do desperdício e dos gastos desnecessários que precisa inalteradamente desta dinâmica para sobreviver, sendo constantemente propelida pela insatisfação ou satisfação apenas momentânea do consumidor.

Para um tipo de sociedade que proclama que a satisfação do consumidor é seu único motivo e seu maior propósito, um consumidor *satisfeito* não é motivo nem propósito - e sim a ameaça mais apavorante (BAUMAN, 2008, p. 126, grifo do autor).

Até mesmo quando nos deparamos com os discursos do evocado “consumo consciente” no que tange não só aos aspectos ambientais, mas também sociais e econômicos, percebemos como estes são constituídos por poderes e saberes que buscam articular modelos de condutas e comportamentos que não coloquem em risco o sistema vigente e fomentem uma economia que se supõe social, política e ecologicamente correta, mas que continua totalmente inserida na racionalidade neoliberal. A questão não está em consumir menos e sim consumir melhor e de forma responsável para que se possa consumir sempre.

A sociedade de consumidores não possui regras, se sustenta através dos desejos e imediatismos. O futuro é incerto e se existe um limite mínimo certamente não existe um limite máximo.

[...] uma sociedade de consumidores se baseia na comparação universal - e o céu é o único limite. A idéia de "luxo" não faz muito sentido, pois a idéia é fazer dos luxos de hoje as necessidades de amanhã, e reduzir a distância entre

o "hoje" e o "amanhã" ao mínimo - tirar a espera da vontade (BAUMAN, 2001, p. 90).

Segundo Bauman (2001), a qualidade mais importante do sujeito do consumo é a *aptidão*. Palavra que nos remete a ideia de capacidade de adquirir certas habilidades, de se adaptar a determinadas situações, de enfrentar situações imprevisíveis. "‘Aptidão’ significa estar pronto a enfrentar o não-usual, o não-rotineiro, o extraordinário - e acima de tudo o novo e o surpreendente (BAUMAN, 2001, p. 90)".

Na sociedade de consumidores o ato de comprar opera sobre o indivíduo constituindo-o como sujeito, modelando-o para responder às exigências do mercado. O que importa não é conquistar um objetivo final, mas estar constantemente na busca de um objetivo que nem se sabe ao certo qual é. A sensação de bem-estar reside na batalha por reconhecimento e não no reconhecimento final, porque este talvez nunca venha.

O discurso consumista se consolidou de tal forma na sociedade moderna que

[...] tornou-se uma espécie de padrão ou modelo para a maneira como os cidadãos das sociedades ocidentais contemporâneas passaram a encarar todas as suas atividades. Já que... cada vez mais áreas da sociedade contemporânea são assimiladas por um "modelo de consumo", talvez não seja surpreendente que a metafísica subjacente ao consumismo tenha se transformado, nesse processo, em uma espécie de filosofia-padrão de toda a vida moderna (CAMPBELL apud BAUMAN, 2008, p. 152).

Os saberes legitimados pelos discursos consumistas são fundados em ideais de liberdade de escolha e dignidade e quase não encontram resistências. É através desses discursos que as principais economias neoliberais do mundo contemporâneo obtiveram forte crescimento econômico principalmente na segunda metade do século XX, ainda que em muitos casos tenha acentuado as desigualdades e demonstrado atualmente sinais de esgotamento. Do início dos anos 2000 até meados da década de 2010, países como Brasil, Rússia e Índia passaram a configurar entre as principais potências econômicas mundiais e um dos motivos desse crescimento é o fato desses países possuírem os maiores mercados consumidores do planeta, embora o poder de compra de seus habitantes seja baixo comparado ao dos países desenvolvidos. A China transformou-se “em duas décadas, de um remoto país fechado num centro aberto de dinamismo capitalista com taxas de crescimento constantes sem paralelo na história humana (HARVEY, 2008, p. 11)”. Por essa e outras razões podemos afirmar com toda tranquilidade que o discurso consumista neoliberal continuará formatando os *sujeitos do consumo* porque é neles que se aposta para fazer a roda da economia girar e se

considerarmos que grande parte das populações dos países denominados *emergentes*<sup>2</sup> só teve acesso ao mercado de consumo recentemente, podemos afirmar ainda que estes discursos continuarão produzindo verdades e constituindo subjetividades através de relações de poder e saber que buscam encorajar as condutas individuais.

O que não podemos perder de vista em toda essa trama é o fato de que ao lado dos interesses das grandes corporações e das agências publicitárias caminham também os interesses governamentais que se servem de “mecanismos através dos quais autoridades de vários matizes têm buscado modelar, normalizar e instrumentalizar a conduta, o pensamento, as decisões e as aspirações dos outros, a fim de alcançar os objetivos que eles consideram desejáveis (ROSE; MILLER, 2012, p. 46)”.

## **2.1. A explosão do consumo no Brasil**

Em meio e na contramão da crise financeira internacional que atinge o planeta desde 2008 e que perdura até os dias atuais, entre os anos de 2006 e 2010 o Brasil alcançou um período de forte crescimento econômico que alterou significativamente o perfil de consumo do brasileiro.

Também em 2008, um grupo de trabalho designado pelo COREMEC (Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização), coordenado pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e com apoio da BM&FBovespa (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo) promoveu uma pesquisa de âmbito nacional com a finalidade de identificar o grau de conhecimentos financeiros da população brasileira bem como seus perfis de consumo e investimento além de seus pontos de vulnerabilidade. A pesquisa procurou abranger pessoas de diferentes perfis sociais e econômicos e foi aplicada em seis capitais: Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Salvador e Recife.

Com relação ao consumo, constatou-se que a preferência do brasileiro é pelo consumo imediato facilitado pelo crédito, que muitas vezes se dá por conta de pressões exercidas pelo

---

<sup>2</sup> Entre os países emergentes, o BRICS, grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul poderão constituir a principal massa consumidora do planeta até 2020.

grupo social. E como já antecipara Bauman, essa pesquisa revelou ainda que o significado do consumo se relaciona diretamente com a inclusão (sentimento de pertencimento), status (bens são símbolos de posição social), melhora na autoestima (comprar faz bem), fatores que combinados com as promoções e facilidades de pagamento constituem o cenário perfeito para o mercado.

No caso especial do Brasil, a explosão do consumo é um fenômeno relativamente recente e como não poderia deixar de ser possui implicações sociais, políticas e econômicas. O país que no final da década de 1990 vivia um cenário de estagnação econômica, em meados da década de 2000 começa a atacar fortemente, no sentido de reverter, as políticas até então vigentes.

A redução dos juros e o superávit primário aumentaram a capacidade do governo nos investimentos públicos, a injeção de recursos no BNDES<sup>3</sup> possibilitou às empresas nacionais obtenção de crédito mais barato, o acúmulo de reservas internacionais permitiu ao Brasil assumir uma posição credora perante o BIRD<sup>4</sup> e FMI<sup>5</sup> e também os programas de distribuição de renda, habitação e acesso ao ensino superior público melhoraram significativamente o índice de desenvolvimento humano do país (IDH).

O Brasil foi promovido no primeiro semestre de 2008 a “*investment grade*” pelas agências internacionais de *rating*. Em 2007 passou a integrar o grupo de países com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alto pela ONU (NERI, 2008, p. 5, grifo do autor).

O advento da crise internacional parecia que ia empurrar o país novamente para a recessão econômica e o desemprego. Todos podiam apostar que se os países desenvolvidos do norte passariam por restrições e dificuldades, os países do sul que sempre receberam rótulos como “subdesenvolvidos”, “dependentes” e “terceiro mundo”, mergulhariam numa crise que dificilmente seria superada. Mas o que há tempos atrás era inimaginável acabou acontecendo. O país em algum momento chegou a alcançar certo protagonismo no cenário internacional, atingindo um status de potência mundial, principalmente no ano de 2010, quando obteve um forte crescimento econômico em plena crise global, alcançou a posição de sétima maior economia mundial mesmo enfrentando algumas dificuldades nos anos posteriores e chegou a ocupar a sexta posição em 2011 ultrapassando a Inglaterra.

---

<sup>3</sup> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

<sup>4</sup> Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

<sup>5</sup> Fundo Monetário Internacional

Vários outros fatores como a estabilidade econômica já adquirida há anos com o sucesso do plano real, a estabilidade política (esta última vem passando por algumas crises desde meados de 2013 e em 2015 parece estar gravemente ameaçada), o crescimento moderado, mas contínuo que vinha se sucedendo após o pico de crescimento atingido em 2010 (2011, 2012 e 2013), a mobilidade social, pois se estima que cerca de 40 (quarenta) milhões de pessoas deixaram as classes D e E (classes menos favorecidas) em direção à classe C (classe média), combinados com o aumento real da renda média, baixo nível de desemprego com aumento do emprego formal, além da possibilidade de aquisição da casa própria aumentaram bastante a confiança do brasileiro na hora de contrair dívidas de médio e longo prazo.

As mudanças socioeconômicas ocorridas no país inseriram uma grande parte da população no mercado consumidor. A denominada NOVA CLASSE MÉDIA, segundo dados da SAE - Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, já representa pouco mais de 50% (cinquenta por cento) da população brasileira e possui alto potencial de consumo. Segundo dados da Serasa Experian<sup>6</sup>, a classe média brasileira seria a 18ª (décima oitava) nação do mundo em consumo, movimentando 58% (cinquenta e oito por cento) do crédito no país no ano de 2013.

Quando falamos em classe média no Brasil, não temos a definição exata do que isso representa. Os critérios de estratificação socioeconômica utilizados pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República são bastante criticados devido aos baixos valores atribuídos às faixas de renda e foram atualizados pela última vez em 2012:

<b>Tabela 1</b>	
<b>Faixas de Renda das Classes Sociais Brasileiras</b>	
Renda Familiar Mensal Per Capta (R\$)	
Pobres (D, E)	0 – 291
Classe Média (C)	291 – 1.019
Classe Alta (A, B)	Acima de 1.019

Fonte: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR)

A partir de 2014 foram adotados pela ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa - critérios mais robustos para definição das classes sociais com base em conceitos do livro “Estratificação Socioeconômica e Consumo no Brasil”, elaborado pelos professores Wagner A. Kamakura (Rice University) e José Afonso Mazzon (FEA-USP).

<sup>6</sup> A Serasa Experian é líder na América Latina em serviços de informações para apoio às empresas na tomada de decisões em crédito, marketing e certificação digital (fonte: wikipédia).

A estratificação socioeconômica tem como principal objetivo identificar as segmentações do mercado consumidor bem como seus hábitos de consumo para servir de apoio às estratégias de mídia. Também pode ser aplicado no direcionamento de políticas públicas.

A classe média que sempre foi negligenciada pelas grandes empresas multinacionais que não viam nela mercados potenciais, atualmente

[...] está ganhando ainda mais importância entre as empresas por causa da ascensão e tamanho dos mercados dos países componentes do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e, em especial, pela emergência de uma classe média com poder de compra mais elevado, o que representa um fator significativo para o crescimento econômico dessas sociedades. Muitas empresas multinacionais estão desenvolvendo esforços visando ao lançamento de produtos e serviços especificamente concebidos para esse segmento, em contraposição a uma postura estratégica anterior de desenvolvimento de produtos e serviços direcionados fundamentalmente para as classes de maior poder aquisitivo (KAMAKURA; MAZZON, 2013, p. 37).

E ao lado destas grandes empresas estão também as instituições financeiras, prontas para antecipar a realização dos desejos daqueles que não conseguem adiar seus sonhos de consumo.

O consumo de massa impulsionado pelo crédito ganhou um peso importante na economia nacional. Segundo dados do IBGE<sup>7</sup>, atualmente cerca de 60% (sessenta por cento) do que é produzido no país é destinado ao consumo das famílias. O Brasil foi um dos últimos países a sentir a recessão internacional e um dos primeiros a sair dela graças a medidas governamentais como a disponibilização de linhas de crédito para aquisição de bens de consumo e isenções fiscais em setores estratégicos da economia que visavam exatamente estimular o consumo no mercado interno e assim manter as atividades econômicas aquecidas. Uma estratégia considerada acertada, mas que nos anos posteriores a 2010 vem apresentando sinais de esgotamento.

Em seu pronunciamento de final de ano em 2008, o então Presidente Lula pediu aos brasileiros que continuassem consumindo para que o país mantivesse seus níveis de emprego (e de arrecadação) e desse modo pudesse enfrentar a crise financeira que começava a assolar o planeta naquele ano.

---

<sup>7</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Afinal de contas, quando o "crescimento" avaliado pelo PIB<sup>8</sup> ameaça diminuir, ou ainda mais quando ele cai abaixo de zero, é dos consumidores procurando o talão de cheques ou, melhor ainda; os cartões de crédito, devidamente persuadidos e estimulados, que se espera que "façam a economia ir em frente" - a fim de "tirar o país da recessão" (BAUMAN, 2008, p. 102).

Embora o Brasil não tenha apresentado um crescimento médio na primeira década do século XXI tão acelerado como o da China, indicadores demonstraram que o crescimento econômico se deu sem concentração de renda e o Coeficiente Gini<sup>9</sup> Brasil teve uma queda significativa devido à redução da população que vivia abaixo da linha da pobreza e aumento da população da classe média. Outro fator importante desse crescimento é que o Brasil, pelo menos teoricamente, não é um país que busca o crescimento a qualquer preço, possui uma legislação ambiental moderna que preza pelo uso racional dos recursos naturais e o controle da poluição, prevendo severas punições para quem agride o meio ambiente.

Também no ano de 2008, a auditoria Ernst & Young Terco em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas fizeram um estudo que projetava que o consumo no Brasil saltaria de R\$ 1,4 trilhão em 2007 para R\$ 3,3 trilhões em 2030. Só no ano de 2013, o IPC Maps<sup>10</sup> – Indicador de Potencial de Consumo Nacional – apontou que o volume de consumo dos brasileiros rompeu a casa dos R\$ 3 trilhões (três trilhões de reais).

De olho no mercado, diversos setores da economia passaram a monitorar os hábitos de consumo, o aumento da renda e do crédito no país e já se chegou à conclusão que grande parte deste consumo é sustentada pela classe C (classe média). Pelo que tudo indicava, o país manteria uma tendência de crescimento, ainda que moderado, com estreitamento da base da pirâmide social e alargamento das classes intermediárias acompanhados do aumento do consumo, o que de certa forma se confirmou até 2013. A mobilidade social foi certamente um fator preponderante nas mudanças socioeconômicas ocorridas no país nos últimos dez anos.

Em visita ao Brasil em dezembro de 2013, o governador do estado norte-americano de Maryland, Martin O'Malley, possível candidato à sucessão de Barack Obama, chegou a afirmar que pretendia aprender como alavancar a classe média norte-americana por entender que a estabilidade econômica de uma nação depende desta.

---

<sup>8</sup> Produto Interno Bruto

<sup>9</sup> Medida utilizada para calcular a desigualdade de uma distribuição de renda. Varia de 0 a 1, onde 0 significa completa igualdade e 1 completa desigualdade. Em 2013 o índice apurado foi 0,495 (IBGE).

<sup>10</sup> Índice criado pela empresa IPC Marketing utilizado nos planejamentos de mídia. O IBGE também apresenta um número semelhante.

Podemos perceber que diferentes setores da economia como indústria, comércio e serviços, empresas do ramo automotivo, construção civil e tecnologia dentre outros, estão buscando se subsidiar de informações para melhor atacar esse novo segmento de mercado que já é responsável por aproximadamente 40% (quarenta por cento) do consumo no Brasil, e segundo dados de uma pesquisa realizada pela Serasa Experian e a Consultoria Data Popular, foi responsável pela injeção de R\$ 1,17 trilhão (um trilhão, cento e setenta bilhões de reais) na economia brasileira só ano de 2013, além de movimentar 58% (cinquenta e oito por cento) do mercado de crédito.

Dentre as 10 (dez) principais economias do mundo, o Brasil foi o segundo país que mais cresceu economicamente em valores relativos no ano de 2013, com o PIB evoluindo 2,3% (dois inteiros e três décimos por cento) em relação ao ano de 2012, ficando atrás apenas da China, deixando para trás economias importantes como a Zona do Euro, Alemanha, Reino Unido, Japão e Estados Unidos. Embora a situação econômica do país até o referido momento fosse razoavelmente confortável, ainda mais se considerarmos o cenário internacional, existiam ainda muitas questões que merecem atenção por parte do governo. Sem contar que as projeções de crescimento para 2014 apontam para um número próximo de zero.

À medida que a relação Consumo/PIB se eleva, e quando dizemos consumo temos também que nos lembrar do *consumo do governo*<sup>11</sup>, a relação Crédito/PIB também aumenta, e isso pode gerar alguns problemas para o sistema econômico tais como pressões inflacionárias, risco de formação de *bolhas de crédito*<sup>12</sup> e sobra insuficiente de recursos para *formação bruta de capital fixo*<sup>13</sup> e poupança, estes últimos indispensáveis para que o crescimento da economia se dê de forma sustentável.

O processo pelo qual a economia nacional se torna objeto de possível conhecimento, cálculo e possível intervenção não é um desdobrar-se linear que não apresenta problemas. A linguagem mediante a qual a economia chega a ser compreendida não emerge sem esforço no âmbito de um debate teórico autônomo. E uma vez formulado, não é simples questão de sua “aplicação”.

No complexo processo de articulação da economia nacional como um objeto a ser conhecido, registrado, calculado e influenciado está em jogo uma mudança decisiva nos princípios de governo. A mudança é de uma noção segundo a qual o governante precisa fazer mais do que extrair de seus subalternos, não importa que riqueza possam produzir, para uma noção de

---

<sup>11</sup> O consumo do governo brasileiro em 2013 representou aproximadamente 20% (vinte por cento) do PIB.

<sup>12</sup> Grosso modo, uma bolha de crédito se origina quando o total do endividamento supera o total da capacidade de pagamento.

<sup>13</sup> Segundo o Sistema de Contas Nacionais (SCN - Brasil), refere-se à ampliação da capacidade produtiva futura de uma economia por meio de investimentos correntes em ativos fixos (exemplo: máquinas e equipamentos, bens de capital).

que um governante deveria renovar e até mesmo aumentar tal riqueza. Essa mudança situa o cálculo dos recursos da economia nacional no coração dos objetos do governante. Implica a integração de diferentes atividades de produção, consumo e investimento em um quadro, o cálculo da proporção e do movimento de cada um desses elementos, e a indicação das atividades a serem encorajadas, o sistema fiscal considerado apropriado e a correta atribuição de gastos públicos (ROSE; MILLER, 2012, p. 51).

O gráfico abaixo ilustra a composição de demandas em relação ao PIB no ano de 2013. Podemos perceber que grande parte das rendas geradas destinou-se ao consumo, tanto das famílias quanto do governo.

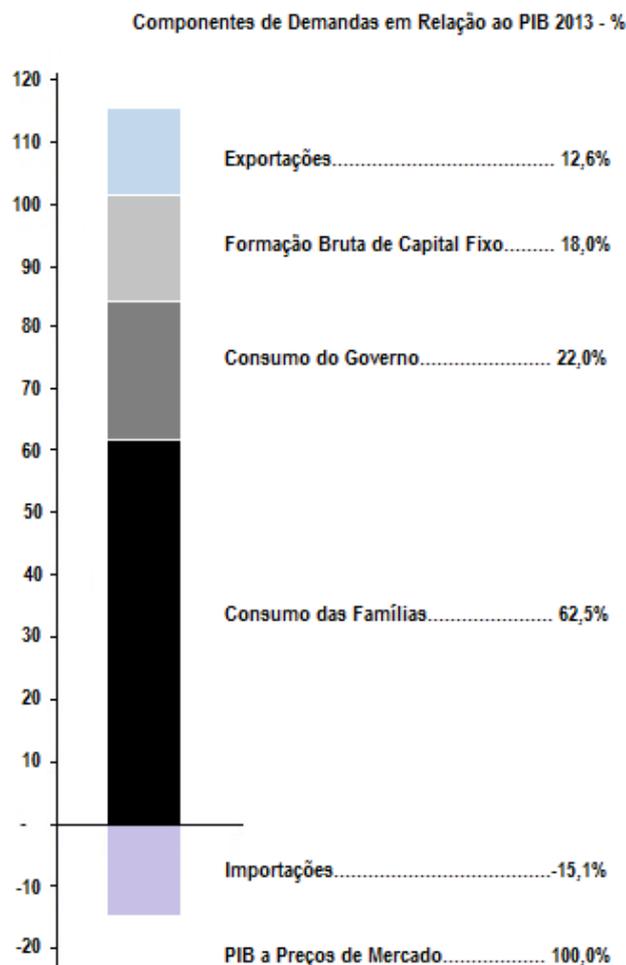


Gráfico 1: Demandas em relação ao PIB - 2013

Fonte: IBGE

Segundo a maior parte dos especialistas, a economia brasileira ainda estaria longe de sofrer um choque parecido com o que aconteceu nos Estados Unidos e Europa, pelo menos no curto e médio prazo, já que a relação Crédito/PIB no Brasil é da ordem dos 50% (cinquenta por cento) enquanto que nos países do norte chegou à ordem dos 150% (cento e cinquenta por cento) em média. Porém no longo prazo a expansão desordenada do consumo e do crédito, as

baixas taxas de investimento e poupança podem trazer graves perturbações à economia do país.

Paul Krugman<sup>14</sup>, que assinala que "em 2006 os Estados Unidos gastaram 57% mais do que ganharam nos mercados mundiais", pergunta "como os norte-americanos têm conseguido viver tão além de seus recursos?". (BAUMAN, 2008, p. 104).

Dentre os anos de 2006 e 2010 o Brasil adotou várias práticas econômicas neoliberais e simultaneamente implantou algumas políticas sociais como a democratização do acesso ao ensino superior público e a manutenção de um sistema previdenciário e de saúde que, pelo menos na teoria, ampara todos os seus cidadãos. Esses fatores combinados com a tendência de se antecipar os sonhos de consumo acabam desestimulando a formação de poupança<sup>15</sup> no país.

Apesar das muitas mazelas ainda existentes, o país avançou bastante do ponto de vista socioeconômico a partir da segunda metade dos anos 2000, conseguindo reduzir as desigualdades. Porém, em tempos nos quais as relações sociais, políticas e econômicas são mediadas pelo consumo, podemos perceber também que os estados de economia neoliberal se tornaram totalmente reféns do mercado e incapazes de se sustentarem fora dessa dinâmica. Na sociedade de produtores, os governos tinham como principais fontes de arrecadação tributária a renda e o patrimônio. Na sociedade de consumidores, a principal fonte de tributação é o consumo.

[...] o imposto sobre valor agregado, ou IVA<sup>16</sup>, coloca em foco essa liberdade de escolha (do consumidor) que, no senso comum da sociedade de consumidores, define o significado da soberania individual e dos direitos humanos, e que os governos que presidem as sociedades de consumidores ostentam e alardeiam como o tipo de serviço cujo provisionamento fornece toda a legitimidade de que seu poder necessita (BAUMAN, 2008, p. 106).

O Decreto nº 7.397/2010, que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira, emergiu diante desse quadro que acabamos de descrever como uma técnica de governamentalidade que através de poderes e saberes direcionam seus discursos a um problema futuro passível de correção. Governa-se o presente conduzindo o comportamento econômico da população, a fim de que as pessoas “sejam capazes de implantar sua liberdade

---

<sup>14</sup> Paul Robin Krugman é um economista norte-americano, ganhador do Nobel de Economia de 2008.

<sup>15</sup> Em economia, o conceito de poupança significa parcela da renda que não é gasta no período em que é recebida, ou seja, é o acúmulo de capital para investimento futuro (não confundir com caderneta de poupança – investimento financeiro).

<sup>16</sup> Impostos sobre valor agregado incidem sobre a produção e circulação de bens de consumo e serviços configurando entre as principais fontes de arrecadação tributária do país (Exemplos: ICMS - Estados, IPI - União).

conforme aos interesses de uma comunidade econômica (CASTRO-GÓMEZ, 2010, p. 146, tradução nossa)”, cultivando valores, saberes e práticas baseados no mercado.

Tal como o liberalismo, o neoliberalismo também pode ser entendido como uma tecnologia que “busca que todos os cidadãos persigam seus próprios interesses, porque ao fazê-lo se favorecerão também os interesses do Estado (CASTRO-GÓMEZ, 2010, p. 146, tradução nossa)”.

O consumo se transformou no grande motor da economia nacional. Se o consumo desacelera, afeta negativamente o comércio, a indústria, o emprego, o transporte, o setor financeiro e a arrecadação tributária dentre outros. Quando acelera muito pressiona a inflação, prejudica o meio ambiente, aumenta o nível de endividamento e o risco de inadimplência.

Os discursos sobre a educação financeira no Brasil vêm se apresentando alinhados com os discursos do consumo consciente, do sujeito autônomo e das pedagogias críticas da década de 1980, mas são apenas disfarces sutis usados por uma tecnologia biopolítica que visa o assujeitamento da população e “a condução eficaz da conduta dos outros para o alcance de certos fins (CASTRO-GÓMEZ, 2010, p. 13, tradução nossa)”.

### 3. O ANALFABETISMO FINANCEIRO NO BRASIL: “PREOCUPAÇÃO” DO PODER PÚBLICO (?)

Talvez os acontecimentos decorrentes da crise de 2008 na economia internacional combinados com as mudanças socioeconômicas ocorridas no Brasil tenham intensificado os debates sobre a educação financeira no país, mas há pelo menos uma década o poder público têm se demonstrado “preocupado” com o nível educação financeira do povo brasileiro e tentado de várias formas introduzir seus saberes e práticas no âmbito educacional, seja através da inclusão do tema como conteúdo obrigatório do currículo escolar ou através de eventos patrocinados.

Em 2004, O Deputado Federal Lobbe Neto (PSDB-SP) apresentou na câmara o projeto de lei nº 3.401/2004 com a finalidade de criar a disciplina “*Educação Financeira*” nos currículos do atual ensino fundamental 2 (antigas 5ª a 8ª séries) e do ensino médio:

Art. 1º Fica criada a disciplina "Educação Financeira" nos currículos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental, e do ensino médio.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação<sup>17</sup>.

#### JUSTIFICAÇÃO

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Deve, portanto, *estar em consonância com as demandas atuais da sociedade* e tratar das questões que interferem na vida dos alunos e com as quais eles se veem confrontados no seu dia-a-dia.

Nesse sentido, *é fundamental que o tema Educação Financeira seja incorporado aos currículos dos últimos quatro anos do ensino fundamental, e do ensino médio.*

Conto, portanto, com o apoio dos ilustres pares para a aprovação deste projeto de lei (LOBBE NETO, 2004, grifo meu).

Em seu texto inicial elaborado em 2004, a pretensão era criar uma disciplina autônoma de Educação Financeira através de uma lei isolada, mas os debates em torno da proposta se estenderam até 2006 conforme demonstro a seguir. O Relator da Comissão de Educação e Cultura, o Deputado Nilson Pinto (PSDB-PA), ao emitir seu parecer considerou as disposições legais pertinentes à matéria retomando os artigos 9º e 26 da LDB:

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino

<sup>17</sup> Trata-se apenas do texto legal proposto. Não significa que o projeto se converteu em lei e entrou em vigor.

fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

Art. 26<sup>18</sup>. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (BRASIL, 1996).

E ao considerar a importância da matéria propôs que o tema educação financeira fosse incluído no conteúdo da disciplina Matemática alterando a proposta inicial. Assim, o substitutivo ao PL nº 3.401/2004 ficou com a seguinte redação:

Substitutivo ao PL nº 3.401 de 2004

Inclui Educação Financeira na disciplina de matemática, nos currículos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental, e do ensino médio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica incluído o tema Educação Financeira no conteúdo da disciplina de matemática, nos currículos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental, e do ensino médio.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação<sup>19</sup> (PINTO, 2006).

Após ter passado pela Comissão de Educação e Cultura em 2006 e ter sofrido as alterações julgadas necessárias, o projeto chega à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania no ano de 2008, que o examinou nos termos do substitutivo acima emitindo parecer favorável. Embora o Deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG), relator da CCJC, não tenha feito nenhuma crítica quanto à constitucionalidade do projeto, entendeu que este atinge a construção curricular da educação básica, sugerindo que fosse alterada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e não promulgada uma nova lei isolada.

Desse modo, em 2009, a Subemenda Substitutiva apresentada pela CCJC ao substitutivo da Comissão de Educação e Cultura ao Projeto de Lei nº 3.401/2004 alterou mais uma vez o texto legal que foi aprovado conforme segue abaixo:

Altera a redação do artigo 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a redação do artigo 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 2º O artigo 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido de um parágrafo com a seguinte redação:

“Art. 26 .....  
§ 6º O tema “educação financeira” integra o currículo da disciplina Matemática (NR).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação<sup>20</sup>.

Sala da Comissão, em 15 de julho de 2009 (FILIPPELLI, 2009).

<sup>18</sup> Este artigo da LDB teve sua redação alterada pela Lei nº 12.796/2013.

<sup>19</sup> Idem nota de rodapé nº 17.

<sup>20</sup> Idem nota de rodapé nº 17.

Assim, retomando, em 2004 foi apresentado um projeto lei pelo Deputado Federal Lobbe Neto para a criação de uma nova disciplina: educação financeira. Tal proposta passou pelos tramites legais e foi aprovada pela CEC<sup>21</sup> em 2006 com alteração em seu texto, o qual incluiu o referido tema ao programa do currículo de matemática. Finalmente em 2009 o projeto de lei deu origem ao Projeto de Lei da Câmara nº 171/2009 que reafirma a educação financeira como conteúdo do currículo de matemática conforme texto (mais uma vez alterado) citado anteriormente.

Entretanto, depois de tramitar no congresso nacional por nove anos, ter passado por duas comissões na câmara dos deputados sempre esbarrando em questões legais, o projeto chegou ao senado sendo definitivamente rejeitado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta casa e arquivado em 09/10/2013. A rejeição à proposta foi apresentada pela Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-AL), relatora, que apesar de ter dito considerar a relevância da matéria, fundamentou seu parecer na competência que as escolas possuem para deliberar quais conteúdos que devem ser trabalhados:

*[...] não deveria o poder público federal fazer constar, em lei, os conteúdos a serem estudados nas escolas do País, bem como as estratégias pedagógicas para desenvolvê-los, pois essa é uma atribuição eminentemente técnica, própria dos educadores, dos responsáveis, nos conselhos e secretarias de educação, bem como nas escolas, pela definição dos componentes curriculares, do seu conteúdo e da sua carga horária.*

Caso contrário, pode-se dar origem a uma prática inusitada e passível de críticas à ação do Congresso Nacional: os inúmeros conteúdos a serem estudados nas escolas, bem como as estratégias pedagógicas, passariam a ser objeto de legislação específica, sendo subtraída dos educadores a competência para decidir sobre a matéria (ALVES, 2013, grifo meu).

A Senadora ainda lembra que:

*[...] a Resolução nº 2, de 2012, da CEB/CNE, que trata das diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio, por exemplo, em seu art. 14, inciso VIII, dispõe que “os componentes curriculares que integram as áreas de conhecimento podem ser tratados ou como disciplinas, sempre de forma integrada, ou como unidades de estudos, módulos, atividades, práticas e projetos contextualizados e interdisciplinares ou diversamente articuladores de saberes, desenvolvimento transversal de temas ou outras formas de organização” (Ibidem, 2013, grifo meu).*

Farei a seguir duas considerações. A primeira delas é com relação à proposta inicial apresentada em 2004 na qual se propõe a criação de uma nova disciplina, a Educação Financeira, e a segunda é com relação aos argumentos que modificam a proposta inicial e terminam em sua negação.

---

<sup>21</sup> Comissão de Educação e Cultura

### 3.1. A criação de uma nova disciplina

A proposta da criação de uma nova disciplina, Educação Financeira, foi justificada com argumentos que já foram apresentados anteriormente nesse texto, mas que entendo ser importante retomar.

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Deve, portanto, estar em consonância com as demandas atuais da sociedade e tratar das questões que interferem na vida dos alunos e com as quais eles se veem confrontados no seu dia-a-dia.

Nesse sentido, é fundamental que o tema Educação Financeira seja incorporado aos currículos dos últimos quatro anos do ensino fundamental, e do ensino médio.

Conto, portanto, com o apoio dos ilustres pares para a aprovação deste projeto de lei (LOBBE NETO, 2004, grifo meu).

O texto citado acima está bem alinhado com o artigo 1º, parágrafo 2º da LDB, que afirma que “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 1996)”.

Digamos que a disciplina é o processo técnico unitário pelo qual a força do corpo é com o mínimo ônus reduzida como força “política”, e maximalizada como força útil. O crescimento de uma economia capitalista fez apelo à modalidade específica do poder disciplinar, cujas fórmulas gerais, cujos processos de submissão das forças e dos corpos, cuja “anatomia política”, em uma palavra, podem ser postos em funcionamento através de regimes políticos, de aparelhos ou de instituições muito diversas (FOUCAULT, 1999, p. 182).

A proposta de inserção da educação financeira nas propostas curriculares possui íntima correlação com outra proposta educacional que também vem ganhando cada vez mais força e já é uma realidade em alguns estados do Brasil como Ceará, São Paulo e Minas Gerais: o empreendedorismo.

Em Minas Gerais, por exemplo, um projeto denominado *Reinventando o Ensino Médio* voltado para o tema empregabilidade, oferece cinco áreas de conhecimento conforme dispõe o art. 5º da Resolução SEE nº 2.486, de 20 de dezembro de 2013<sup>22</sup>:

Art. 5º - O Reinventando o Ensino Médio oferecerá as seguintes áreas de empregabilidade:  
I - Comunicação Aplicada;

<sup>22</sup> A comunidade escolar deve escolher três áreas através de assembleia e cada aluno optaria por uma das três áreas escolhidas.

- II - *Empreendedorismo e Gestão*;
- III - Meio Ambiente e Recursos Naturais;
- IV - Tecnologia da Informação;
- V - Turismo. (MINAS GERAIS, 2013, grifo meu)

Uma área bastante divulgada nas propagandas veiculadas pela mídia televisiva no final de ano de 2013 foi Empreendedorismo e Gestão. Já a partir do ano de 2014, as escolas que optaram por essa área passaram a trabalhar conteúdos com vistas a proporcionar aos alunos uma visão geral do mundo dos negócios, com ênfase em empreendimentos de pequeno porte. Durante os três anos de formação do ensino médio está prevista uma carga de 600 (seiscentos) módulos/aula de conteúdos como contabilidade e finanças, ambiente empresarial, marketing e recursos humanos dentre outros.

Podemos notar que se trata de propostas com foco no trabalho, mas um trabalho que esteja consonante e inserido no contexto neoliberal, que pressupõe um comportamento econômico individual justificado e capaz de se constituir como capital produtivo, um capital humano que não seja somente tecnicista como aquele talvez concebido na década 1970, mas que esteja também voltado para a governamentalidade neoliberal, na qual se espera que o “indivíduo moderno, a que se qualificava como sujeito de direitos, transmuta-se, assim, num indivíduo-microempresa: *Você S/A* (COSTA, 2009, p. 177, grifo do autor)”.

Está dada aí a chave para compreendermos, entre muitas outras coisas, a importância que os neoliberais dão à educação escolarizada, cada vez mais convocada a ensinar como cada um deve tornar sua vida “melhor, mais rica e mais completa [...], independentemente da classe social ou circunstâncias de nascimento”. Espera-se que a escola amplie os contingentes dos “bons consumidores” e “bons competidores”, forme indivíduos sintonizados com a governamentalidade neoliberal e a ela assujeitados, dê respostas às demandas impostas pelas novas formas hoje assumidas pelo capitalismo. [...] ora é a celebração das competências para o consumo e a competição, ora é a trazida do empreendedorismo para dentro da escola, com vistas a promover a capacidade de cada aluno se tornar um empreendedor de si mesmo [...] (VEIGA-NETO, 2012, p. 6).

Hoje é muito comum que cursos superiores na área de tecnologia, por exemplo, tenham em sua grade curricular disciplinas voltadas para a gestão e empreendedorismo, não se limitando apenas ao ensino técnico/teórico e prático. Essa prática que no Brasil data do início dos anos 2000, nos Estados Unidos ocorre desde as décadas de 1970-80 e têm aproximado as grandes corporações das instituições de ensino superior e pesquisa, mas as diferenças de interesses entre universidades e empresas muitas vezes dificultam essa relação. As universidades estão mais interessadas em cumprir seu papel social produzindo conhecimento ao passo que as grandes empresas têm seus interesses voltados para o mercado.

A educação financeira proposta pelo Decreto nº 7.397/2010, que a princípio talvez nos remeta apenas a uma curricularização dos fundamentos de matemática comercial, vai muito além. Visa constituir um campo de saberes que possam se converter em práticas que possibilitem a formação de um indivíduo empreendedor de si, capaz de utilizar os saberes legitimados a seu favor e que ao perseguir seus objetivos irá ao encontro também das aspirações do estado e do mercado.

Nesses termos, a economia política passa a ter como objeto o comportamento humano, ou melhor, a racionalidade interna que o anima. Trata-se de estudar o trabalho exercido pelos indivíduos como uma conduta econômica, e de tentar entender como essa conduta é praticada, racionalizada e calculada por aquele que a exerce (COSTA, 2009, p. 176).

Considerando as sociedades neoliberais tais como elas se configuram no mundo contemporâneo, podemos afirmar que a Estratégia Nacional de Educação Financeira é uma política de subjetivação que procura constituir um *homo economicus* que não atue apenas como consumidor, mas também como um “indivíduo visto como empresa, isto é, como um investimento/investidor [...] (Foucault, 2008, p. 320 apud BELLO; TRAVERSINI, 2011, p. 862)”, flexível e adaptável às constantes mudanças no mercado.

Nesse contexto, o princípio de competitividade estende-se nas microrrelações, atingindo os sujeitos individualmente, mobilizando-os a se tornar auto-responsáveis por suas escolhas e autogestores dos seus empreendimentos e iniciativas, cuidando de si para não se tornar sujeitos de risco e, assim, onerar ainda mais o Estado (BELLO; TRAVERSINI, 2011, p. 862).

### **3.2. Sobre as alterações ao projeto inicial e negação da proposta**

A primeira coisa que me chamou a atenção ao acompanhar a tramitação desta proposta educacional é a burocracia envolvida no processo. São várias comissões (neste caso duas na câmara e uma no senado) que devem apreciar o projeto e emitir seus pareceres, assim como seus respectivos relatores. Cada comissão acaba tendo um entendimento diferente da questão e aí percebemos que o projeto vai se perdendo pelo caminho, sem contar a morosidade (nove anos) para se aprovar uma simples inclusão de um tema contemporâneo no debate educacional, já que a EF<sup>23</sup> trata, dentre outros, de assuntos relacionados a um dos principais

---

<sup>23</sup> Educação Financeira

problemas que as economias neoliberais ocidentais vêm enfrentando após a deflagração da crise econômica de 2008.

Se observarmos o texto inicial proposto pelo Deputado Lobbe Neto, percebemos que ele sugere a incorporação do tema Educação Financeira como disciplina autônoma aos currículos dos quatro últimos anos do ensino fundamental e durante o ensino médio. A primeira alteração proposta identifica a educação financeira não como uma disciplina, mas como um tema, um tópico a ser trabalhado dentro de uma disciplina já existente (matemática). O que confere à EF um tom teórico inscrito no interior do campo da matemática, ou seja, não a considera uma atividade ou prática social. Do meu ponto de vista essa redução da EF a um assunto da disciplina matemática é uma abordagem equivocada (ou proposital), pois a EF dialoga com várias áreas do conhecimento como as ciências sociais e ambientais o que permitiria uma abordagem mais crítica e até mesmo questionadora sobre as propostas neoliberais que nos governam.

A ligação com a disciplina matemática pode estar relacionada aos domínios dos fundamentos da matemática comercial, por muito tempo trabalhada dentro da disciplina. Vale aqui ressaltar que a proposta apresentada pelo Deputado Lobbe Neto<sup>24</sup> não é compreendida como uma prática social – e talvez nem ele tivesse essa compreensão – e sim como um conteúdo importante, mas creio que esse primeiro deslocamento não deva ter comprometido a proposta. Talvez não garantisse um estudo mais efetivo dos assuntos relacionados à EF quando estes passassem a ser diluídos dentro de tantos outros ainda mais se considerarmos que a “disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício (FOUCAULT, 1999, p. 143)”. Diante disso emerge a seguinte pergunta: seria a intenção do legislador tratar a EF somente dentro da educação matemática?

Outro fator que julgo importante e pretendo destacar agora são alguns aspectos contraditórios da LDB<sup>25</sup> que foram utilizados pela Senadora Maria do Carmo Alves para rejeitar a proposta. Se recapitularmos histórica e politicamente o período no qual a LDB foi elaborada e aprovada (meados da década de 1990) constataremos que nessa época os organismos financeiros internacionais começaram a fazer muitas imposições aos países

---

<sup>24</sup> O Deputado Federal Antonio Adolpho Lobbe Neto é um parlamentar bastante atuante na área de educação tendo sido inclusive vice-presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados (fonte: [www.lobbe.com.br](http://www.lobbe.com.br)).

<sup>25</sup> Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

periféricos no que tange ao enxugamento dos gastos públicos. Nesse contexto, a LDB acabou se transformando num arranjo neoliberal abrindo enorme espaço para a rede privada de ensino, voltando-se para o desenvolvimento de competências relacionadas ao desenvolvimento tecnológico e ao mundo do trabalho.

Desse modo, a Lei nº 9.394/1996 (LDB) acaba sempre deixando brechas para se preservar os interesses do estado e das grandes empresas. Paradoxalmente, dá margem para que o estado se exima da responsabilidade de determinar o que deve ser ensinado concedendo autonomia pedagógica às escolas ao mesmo tempo em que determina os conteúdos escolares a serem trabalhados através dos sistemas de avaliação como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e os sistemas estaduais de avaliação como, por exemplo, o SIMAVE<sup>26</sup> (Minas Gerais). Assim o poder público fica confortável para se posicionar de acordo com suas conveniências ou com os interesses empresariais.

[...] as estratégias utilizadas para o controle do sistema educacional mostram que o Estado neoliberal é *mínimo* quando se trata de financiar a escola pública, e *máximo* quando o assunto é a definição de forma centralizada do conhecimento oficial que deve circular pelos estabelecimentos educacionais, no estabelecimento de mecanismos verticalizados e antidemocráticos de avaliação do sistema e, até mesmo, quando retira a autonomia pedagógica das instituições e atores das escolas, principalmente dos professores. (DALBERIO, 2009, p. 51).

Com relação aos argumentos da Senadora Maria do Carmo Alves (relatora da CE<sup>27</sup>), vou atentar-me para outro aspecto. Ela afirmou que apesar de ter considerado a relevância da matéria, baseou seu parecer na competência que as escolas possuem para deliberar quais conteúdos devem ser trabalhados. Nesse sentido, transcrevo novamente partes de seus argumentos, que numa análise mais superficial parecem bastante coerentes:

*(...) não deveria o poder público federal fazer constar, em lei, os conteúdos a serem estudados nas escolas do País, bem como as estratégias pedagógicas para desenvolvê-los, pois essa é uma atribuição eminentemente técnica, própria dos educadores, dos responsáveis, nos conselhos e secretarias de educação, bem como nas escolas, pela definição dos componentes curriculares, do seu conteúdo e da sua carga horária. Caso contrário, pode-se dar origem a uma prática inusitada e passível de críticas à ação do Congresso Nacional: os inúmeros conteúdos a serem estudados nas escolas, bem como as estratégias pedagógicas, passariam a ser objeto de legislação específica, sendo subtraída dos educadores a competência para decidir sobre a matéria (ALVES, 2013, grifo meu).*

A Senadora ainda lembra que:

<sup>26</sup> Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública

<sup>27</sup> Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Senado)

*(...) a Resolução nº 2, de 2012, da CEB/CNE, que trata das diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio, por exemplo, em seu art. 14, inciso VIII, dispõe que “os componentes curriculares que integram as áreas de conhecimento podem ser tratados ou como disciplinas, sempre de forma integrada, ou como unidades de estudos, módulos, atividades, práticas e projetos contextualizados e interdisciplinares ou diversamente articuladores de saberes, desenvolvimento transversal de temas ou outras formas de organização (Ibidem, 2013, grifo meu)”.*

Diante disso, devemos destacar – dentre vários – o fator mais partidário do que político na decisão da senadora que pertence a um partido de oposição ao governo (DEM). A proposta inicial foi apresentada por um congressista que na época fazia parte do principal partido de oposição (PSDB) ao governo (PT) que ainda está no poder. Não podemos afirmar quais seriam os reais interesses em inserir a educação financeira no currículo escolar naquela época (2004) e nem sermos inocentes ao ponto de acreditar que um projeto de lei (seja ele qual for) nasça somente das boas intenções de nossos representantes. Ainda que beneficiem a população, as leis sempre representam um interesse maior (governos, empresários, etc.). Certamente o Deputado Lobbe Neto jamais imaginaria que oito ou nove anos depois, essa proposta educacional que têm como objetivo principal moldar um sujeito capaz de contribuir eficazmente para manutenção e promoção do sistema econômico neoliberal viesse a calhar de maneira tão oportuna aos anseios do atual governo que sempre usa como um dos principais discursos de propaganda (usou também como um dos principais discursos de campanha nas eleições presidenciais de 2014) o crescimento econômico, o acesso ao consumo das camadas menos favorecidas da sociedade e a redução das desigualdades sociais alcançados pelo país durante os doze anos de sua gestão (2003 – 2014). Isso me faz suspeitar que a negativa da Senadora Maria do Carmo Alves pode ter motivações políticas, por motivos óbvios. A proposta educacional apresentada pelo Deputado Lobbe Neto estaria dando munição ao inimigo.

Diante das idas e vindas por longos nove anos de tramitação da proposta de inclusão da educação financeira no currículo escolar, podemos afirmar que uma coisa é fato: o interesse do governo e das grandes corporações em promover o ensino dessa prática é forte. Ainda que os assuntos relacionados à EF não tenham aparecido (por enquanto) nos documentos oficiais de avaliação e o PLC (Projeto de Lei da Câmara) nº 171/2009 tenha sido rejeitado e arquivado, várias outras iniciativas apresentadas, tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada, estão se intensificando como discutiremos a seguir. Tais iniciativas objetivam a instituição de

[...] um saber econômico que será difundido o mais amplamente possível, e tão uniformemente quanto possível, entre todos os sujeitos, e esse saber econômico, cujo princípio se encontra sempre no Quadro Econômico [...], será comum aos sujeitos bem-educados economicamente e ao soberano que souber reconhecer as leis fundamentais da economia (FOUCAULT, 2008, p. 388).

Tais saberes constituem um poder que a princípio ganhou contornos de disciplina, mas que por ora, se configura como tática de governo.

## 4. VIDA E DINHEIRO: ANÁLISE DISCURSIVA DO PRINCIPAL INSTRUMENTO PEDAGÓGICO DA ENEF

O modelo econômico neoliberal não se resume apenas a questões econômicas. Trata-se de um conjunto de ideias e práticas bem mais amplo, que se ampara também nas “relações sociais, [n] as sociabilidades, [n] os comportamentos dos indivíduos etc. (COSTA, 2009, p. 174)”, sendo capaz de abrigar políticas das mais variadas. O mercado é a resultante da interação das ações individuais e sempre se sobrepõe aos interesses da coletividade. A autonomia pregada pelos discursos dominantes do neoliberalismo constitui um sujeito extremamente individualista. Até mesmo colegas de empresa são considerados potenciais concorrentes. A competição é estimulada o tempo todo e o reconhecimento se dá pelos resultados obtidos individualmente.

Esses processos e políticas de subjetivação, traduzindo um movimento mais amplo e estratégico que faz dos princípios econômicos (de mercado) os princípios normativos de toda a sociedade, por sua vez, transformam o que seria uma sociedade de consumo numa sociedade de empresa (sociedade empresarial, ou de serviços), induzindo os indivíduos a modificarem a percepção que têm de suas escolhas e atitudes referentes às suas próprias vidas e às de seus pares, de modo a que estabeleçam cada vez mais entre si relações de concorrência. (GADELHA, 2009, p. 151).

No meio desta competição voraz este sujeito assume vários papéis: produtor, consumidor, empreendedor, investidor, mercadoria (que se deixa consumir), administrando a si próprio na busca pela sobrevivência no mercado sendo sempre responsabilizado pelas suas ações e escolhas. Quem mais se beneficia dessa competição é o próprio mercado. Ao estado cabe criar condições para garantir o funcionamento de toda essa engrenagem e para isso este se vale das desregulações.

O objetivo central da governamentalidade neoliberal (“a condução da conduta”) é a criação estratégica de condições sociais que encorajam e exigem a produção do *homo economicus*, uma forma de subjetividade historicamente específica constituída como um “átomo” de interesse próprio, livre e autônomo. O sujeito neoliberal é um indivíduo moralmente responsável por navegar pelo campo social, utilizando cálculos de escolha racional e custo-benefício (HAMANN, 2012, p. 99, grifo do autor).

Dessa forma aqueles “que fracassarem em prosperar sob tais condições sociais não podem culpar ninguém nem coisa alguma além de si mesmos (HAMANN, 2012, p. 101)”.

No intuito de atender aos interesses do poder público (e também das grandes empresas) em garantir aos cidadãos a capacidade de gerir seu dinheiro, investir, empreender e consumir conforme pretende o modelo neoliberal, o governo federal brasileiro tomou uma importante iniciativa relacionada à educação financeira: o lançamento em 2008 do site *Vida e Dinheiro*<sup>28</sup>, uma ferramenta que possui um formato parecido com o site governamental norte americano *My Money*<sup>29</sup>. Apenas em 2014 esta mídia chegou ao seu formato final disponibilizando um vasto conteúdo sobre educação financeira. Um dos objetivos deste site é cadastrar ações de educação financeira existentes no Brasil. Muitos desses projetos são direcionados a estudantes de níveis fundamental, médio e superior e são desenvolvidos dentro das escolas e universidades.

Com a não aprovação do PLC nº 171/2009, o site *Vida e Dinheiro* passou a ser o principal instrumento de suporte ao Decreto nº 7.397/2010 fixado pelo governo federal instituindo definitivamente a Estratégia Nacional de Educação Financeira que conta com a forte participação de instituições públicas e privadas do setor financeiro. Este site também servirá de fonte bibliográfica e didática para escolas e educadores. Para o ensino fundamental, o material didático está em fase final de preparação e foi elaborado com o apoio da BM&FBovespa. Já para o ensino médio, o material didático utilizado no projeto piloto que abrangeu 891 (oitocentos e noventa e uma) escolas e 26.000 (vinte e seis mil) alunos entre os anos de 2010 e 2011 acaba de ser disponibilizado para download gratuito e foi patrocinado pela Fundação Itaú Social, Instituto Unibanco, Banco Itaú e Instituto CSHG (Credit Suisse Hedging-Griffo). Segundo a OCDE, um número crescente de países vem desenvolvendo estratégias nacionais de educação financeira principalmente depois dos acontecimentos de 2008. O G20<sup>30</sup> já reconheceu a importância dos esforços de cada nação para se alcançar um desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo.

A seguir apresento o infográfico<sup>31</sup> da ENEF fragmentado em seis partes. É um documento que de forma bastante sintética explica o que é a ENEF, porque ela surgiu, seu caráter (bio) político, sua finalidade e instituições que a integram, vislumbrando a possibilidade de tecer algumas análises inspiradas em procedimentos do campo da análise do discurso (linha francesa). Logicamente não pretendo esgotar os efeitos de sentidos presentes

---

<sup>28</sup> <[www.vidaedinheiro.gov.br](http://www.vidaedinheiro.gov.br)>

<sup>29</sup> <[www.mymoney.gov](http://www.mymoney.gov)>

<sup>30</sup> Grupo dos 20 - formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Européia.

<sup>31</sup> São gráficos que conjugam imagens e textos breves para facilitar o entendimento do leitor.

nos discursos sobre educação financeira no Brasil, mas desnaturalizar alguns pontos que nos parecem óbvios e trazer para a discussão situações que parecem ser naturais ou mesmo que passam despercebidas. Não pretendo rejeitar o que está posto e sim ampliar os olhares sobre esta forma de poder/saber que vem se desenhando através de uma proposta educacional.

Os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos. Os dizeres não são [...] apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender (ORLANDI, 2003, p. 30).



Figura 1: Parte 1 - Infográfico ENEF ([www.vidaedinheiro.gov.br](http://www.vidaedinheiro.gov.br))

No fragmento inicial do infográfico, a parte textual destaca o desenvolvimento socioeconômico alcançado pelo país de meados dos anos 2000 para cá (isto é, durante o governo petista) como sendo importante fator de inclusão social já que proporcionou a grande parte da população o acesso ao consumo e aos serviços financeiros, chamando a atenção para o fato de que a manutenção destas conquistas dependerá do conhecimento e do comportamento econômico da população (poder/saber). O esboço do gráfico ao lado do texto produz efeitos de sentido ao sugerir que a economia brasileira deixou uma condição de oscilação (situação creditada aos governos anteriores) e entrou numa era de crescimento e

pujança (novamente, graças ao governo petista). Na minha análise existe aí uma significação histórica, social, política e econômica.

A imagem do *porquinho*<sup>32</sup> remete o leitor à ideia de poupança, chamando a atenção para a importância do equilíbrio da relação consumo x poupança na composição dos números da economia nacional, além de dar um tom lúdico ao enunciado facilitando a compreensão por parte de crianças e (pré) adolescentes, principal público alvo da ENEF.

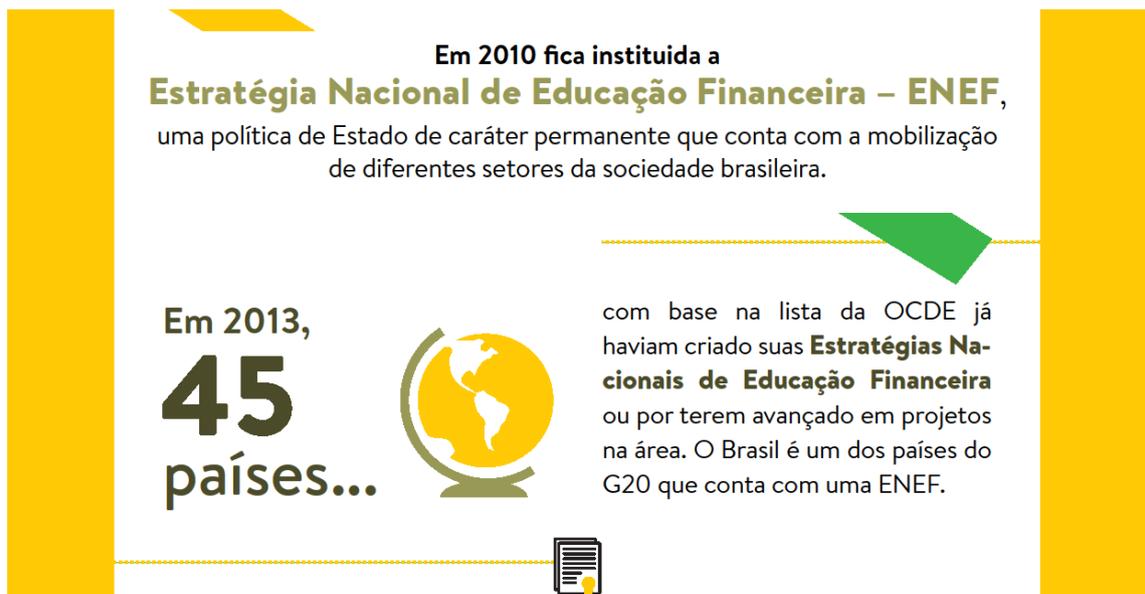


Figura 2: Parte 2 - Infográfico ENEF ([www.vidaedinheiro.gov.br](http://www.vidaedinheiro.gov.br))

A implantação da Estratégia Nacional de Educação Financeira como política de estado evidencia seu caráter biopolítico. Diferentemente de outrora, atualmente o Brasil sofre menos imposições dos organismos financeiros internacionais (FMI, BIRD e OCDE), mas ainda assim podemos perceber neste fragmento do infográfico que

[...] as organizações internacionais não estão apenas executando as políticas educacionais em um nível mais alto, mas sim criando suas próprias agendas e começando a constituir um nível transnacional na educação (AMOS, 2010, p. 33).

<sup>32</sup> Curiosidade: Na Inglaterra no século XVI os cofres eram confeccionados com um tipo de argila chamada *pygg* (palavra que tem o mesmo som de *pig* - porco em inglês). Daí os artesãos resolveram confeccionar os cofres com essa argila em formato de porco (carece de fonte segura e também há outras teorias).

A ENEF, instituída pelo Decreto nº 7.397/2010, tem como finalidade:

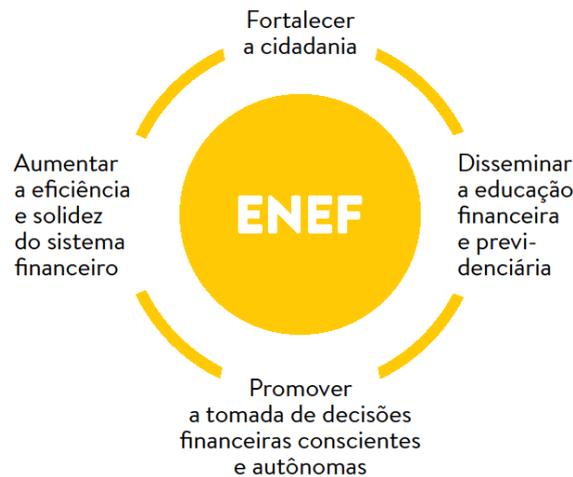


Figura 3: Parte 3 - Infográfico ENEF ([www.vidaedinheiro.gov.br](http://www.vidaedinheiro.gov.br))

Neste fragmento do infográfico observa-se que entre as finalidades da ENEF estão o “fortalecimento da cidadania” e a “tomada consciente e autônoma de decisões”. Aspectos consonantes com a lógica neoliberal, na qual se pressupõe que os sujeitos terão a capacidade de se dirigir com responsabilidade. Segundo BURCHEL (1996, p. 29 apud VEIGA-NETO, 1999, p. 12) “isso pode ser descrito como uma nova forma de ‘responsabilização’, que corresponde às novas formas nas quais os governados são encorajados, livre e racionalmente, a se conduzirem a si mesmos”.

Do ponto de vista da governamentalidade, a frase “aumentar a eficiência e solidez do sistema financeiro” denota como a “condução das condutas” se liga a objetivos econômicos.

Governamentalidade não se trata de uma força dominante que exerce controle direto sobre a conduta de indivíduos, mas uma tentativa de determinar as condições nas quais, ou entre as quais, indivíduos são capazes de conduzir-se livremente (HAMANN, 2012, p. 126).

Em suma, as instâncias de poder governam a população ao passo que cada um governa a si próprio.



Figura 4: Parte 4 - Infográfico ENEF ([www.vidaedinheiro.gov.br](http://www.vidaedinheiro.gov.br))

Neste fragmento vale a pena destacar a seguinte diretriz da ENEF: “Gratuidade das ações e **prevalência do interesse público**”. Ao frisar que há prevalência do interesse público na ENEF esta assume que a proposta contempla também interesses particulares (das empresas logicamente).



Figura 5: Parte 5 - Infográfico ENEF ([www.vidaedinheiro.gov.br](http://www.vidaedinheiro.gov.br))

Destaco aqui os integrantes do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF). Dos doze membros que integram o comitê, quatro são ministérios que compõem o poder executivo federal (Ministérios da Justiça, Previdência Social, Educação e Fazenda), quatro são autarquias federais das quais três são vinculadas ao Ministério da Fazenda (Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários e Superintendência de Seguros Privados) e uma vinculada ao Ministério da Previdência Social (Superintendência Nacional de Previdência Complementar). Essas autarquias disciplinam e fiscalizam praticamente todo o Sistema Financeiro Nacional: bancos (BCB), mercados de ações (CVM), seguros e previdência (SUSEP) e fundos de pensão (PREVIC). Dos quatro membros restantes, três são instituições privadas que surgiram da associação de outras instituições: AMBIMA (bancos e

corretoras/distribuidoras de valores mobiliários), CNSeg (seguradoras) e a FEBRABAN (apenas bancos) e a BM&FBovespa é a bolsa de valores oficial do Brasil.

Podemos perceber a forte presença do mercado financeiro neste comitê não somente por causa das instituições privadas do setor financeiro, mas também pelos órgãos autárquicos que regulamentam este mercado.

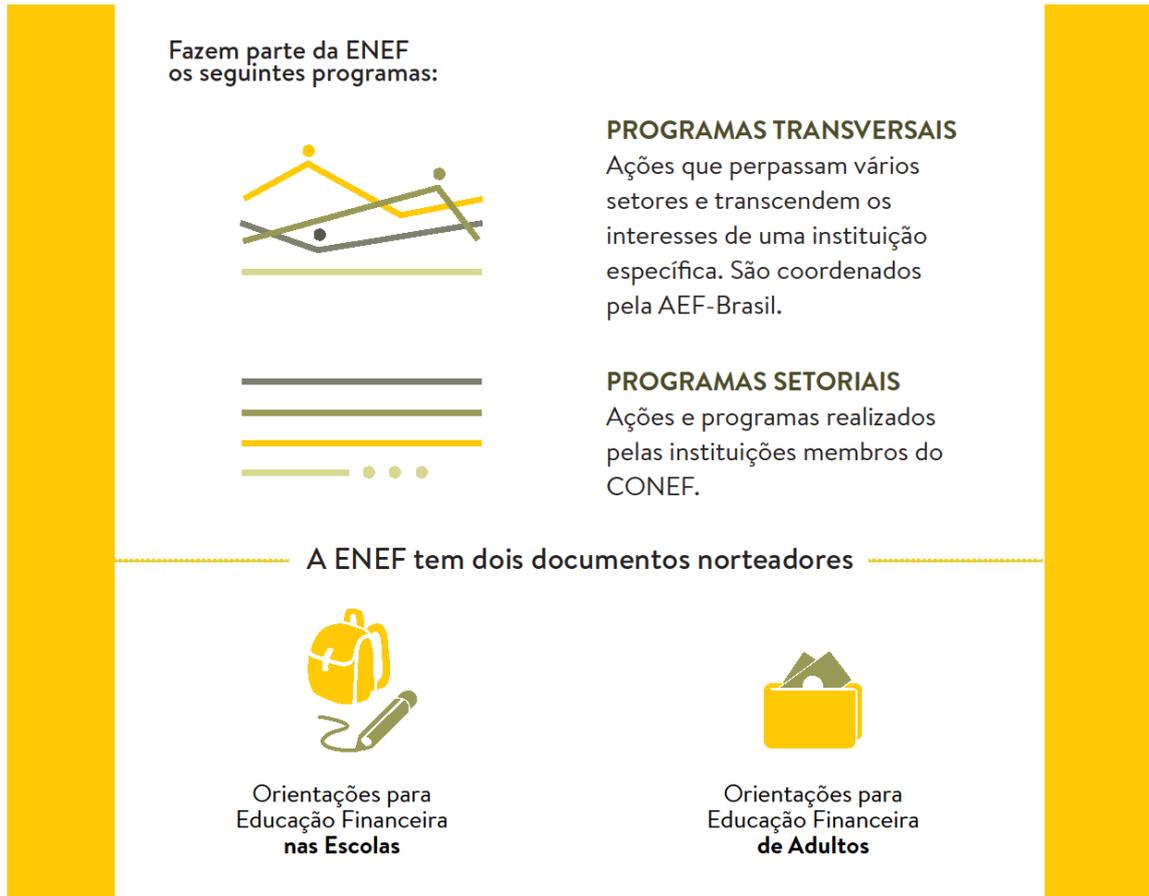


Figura 6: Parte 6 - Infográfico ENEF ([www.vidaedinheiro.gov.br](http://www.vidaedinheiro.gov.br))

Os programas da ENEF são divididos em dois tipos: transversais e setoriais.

Os programas transversais são mais genéricos, não possuem tema ou público específico e são coordenados pela AEF-Brasil<sup>33</sup>. Possuem um caráter disseminador e podem ser reaplicados e patrocinados por qualquer pessoa interessada. Neles estão incluídos os programas de educação financeira nas escolas, para adultos e também a *Semana ENEF*<sup>34</sup>, um grande evento com agenda oficial que em 2014 foi realizado no período de 05 a 09 de maio

<sup>33</sup> Associação de Educação Financeira do Brasil, uma instituição sem fins lucrativos classificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). É a instituição responsável pela implantação da ENEF no país.

<sup>34</sup> Para maiores informações consulte <<http://www.semanaenef.gov.br/>>.

em várias capitais do país incluindo ciclo de palestras, cursos de finanças pessoais, educação fiscal e previdenciária, investimentos, direitos do consumidor, apresentações e lançamentos de livros, visitas à bolsa de valores e muitos outros.

Os programas setoriais são desenvolvidos pelos membros do CONEF. É através destes programas que as instituições privadas e órgãos autárquicos que compõem o comitê procuram atuar, cada qual atacando seu segmento já que o mercado de produtos financeiros no Brasil é muito promissor e ainda tem muito a crescer.

Na minha análise, a Estratégia Nacional de Educação Financeira através da articulação de saberes e práticas pretende utilizar o sistema educacional para transferir à população grande parte da responsabilidade pela administração da economia nacional não só no Brasil, mas em todos os países que vem adotando esta política que cada vez mais assume um caráter transnacional. O estado parece querer minimizar suas responsabilidades inclusive no campo econômico. Isso pode ser percebido na seguinte declaração do *President's Advisory Committee on Financial Literacy*, um conselho criado em 2010 pelo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, que tem a finalidade de auxiliar o povo americano na tomada de decisões financeiras contribuindo para a estabilidade do sistema econômico:

Embora a crise tenha muitas causas, é inegável que o analfabetismo financeiro é uma das principais causas ... Infelizmente, muitos americanos não têm as habilidades financeiras básicas necessárias para desenvolver e manter um orçamento, para entender o crédito, para entender os veículos de investimento, ou para tirar proveito do nosso sistema bancário. É essencial oferecer educação financeira básica que permita às pessoas navegar melhor numa crise econômica como esta (PACFL<sup>35</sup>, 2008 apud LUSARDI; MITCHELL, 2011, p. 15, tradução minha).

Os discursos e processos de subjetivação presentes na ENEF buscam produzir um homo economicus encorajado a assumir riscos calculados, capaz de dar respostas às exigências do mercado, além de potenciais clientes para empresas do setor financeiro, principalmente os bancos comerciais e múltiplos, que são responsáveis pelo financiamento da produção, do consumo e pela rentabilização das poupanças. São técnicas que visam também

[...] regular o governo não pela racionalidade do indivíduo soberano que pode dizer "eu, o Estado", [mas] pela racionalidade dos que são governados, dos que são governados como sujeitos econômicos e, de modo mais geral, como sujeitos de interesse, interesse no sentido mais geral do termo, [pela] racionalidade desses indivíduos na medida em que, para satisfazer a esses interesses no sentido geral do termo, eles utilizam certo número de meios e os

---

<sup>35</sup> *President's (Obama) Advisory Committee on Financial Literacy (na tradução literal, Comitê Consultivo do Presidente (Obama) sobre Educação Financeira).*

utilizam como querem: é essa racionalidade dos governados que deve servir de princípio de regulação para a racionalidade do governo. E isso, parece-me, que caracteriza a racionalidade liberal: como regular o governo, a arte de governar, como [fundar] o princípio de racionalização da arte de governar no comportamento racional dos que são governados (FOUCAULT, 2008, p. 423).

A seguir, faço uma breve recapitulação das trajetórias econômica, política e social do Brasil nas últimas décadas, as conquistas alcançadas e como a ENEF foi instituída pelo poder público com apoio de empresas do setor financeiro.

#### **4.1. Cenário social, político e econômico de produção do Decreto nº 7.397/2010**

Logicamente as mudanças socioeconômicas ocorridas no Brasil principalmente entre os anos de 2006 e 2010 não são obras do acaso e sim frutos de investimentos e ações governamentais (e também não governamentais) citadas anteriormente

Se analisarmos a história de nosso país a partir do final década de 1970 recapitularemos que o Brasil (como a maioria dos países latino-americanos) encontrou-se mergulhado por muito tempo numa dívida externa impagável que o obrigava a recorrer constantemente ao Fundo Monetário Internacional dando início a um ciclo de subordinação que durou toda a década de 1980<sup>36</sup>, forçando o país a suspender o pagamento da dívida externa num determinado momento. E, como se não bastasse nossa economia ainda apresentava um cenário hiperinflacionário. Diante disso, no início da década de 1990 durante o governo Collor foram implantadas algumas políticas centradas numa perspectiva neoliberal, tais como a abertura do mercado brasileiro às importações e privatização das primeiras estatais.

No decorrer da década de 1990 essas políticas se intensificaram. No governo FHC, além das privatizações e abertura do mercado, a valorização artificial da moeda nacional (real) para conter a inflação (prejudicava as exportações do país), os recorrentes empréstimos junto aos órgãos financeiros internacionais (FMI e BIRD), o arrocho fiscal e salarial, a redução dos investimentos públicos, a permissão da exploração do petróleo por empresas

---

<sup>36</sup> A década de 1980 é referida como “A Década Perdida” devido ao período de estagnação econômica vivido pelos países da América Latina.

estrangeiras, todas essas ações que visavam enxugar e minimizar o estado acabaram tendo como consequência a semiestagnação econômica que trouxe consigo a deterioração do sistema de energia (que culminou no racionamento de 2001), a falta de apoio às universidades e à pesquisa científica, altas taxas de desemprego, miséria e concentração de renda, a vulnerabilidade às crises externas, dentre outros.

Embora o plano real tivesse obtido sucesso em seus objetivos principais que eram estabilizar a economia e controlar a inflação indicando ter colocado o Brasil nos rumos do crescimento durante os primeiros anos de sua implantação, nos anos que se seguiram, a vulnerabilidade às crises externas e altas taxas de juros cercearam o crescimento do país que não conseguia atrair capitais produtivos. Ainda assim alcançamos a tão sonhada estabilidade econômica, mas após uma década de práticas centradas em propostas neoliberais, o clima de insatisfação acabou tomando conta da população que conduziu opositoristas de esquerda ao poder no ano de 2002.

Em janeiro de 2003, o ex-metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva se elege Presidente da República por dois mandatos consecutivos (2003-2006 e 2007-2010). Essa foi considerada uma grande vitória das políticas de base que se alastravam por todo o país desde a década de 1980.

Nos primeiros anos de sua gestão pouca coisa mudou e mesmo com as acusações de envolvimento em um dos maiores escândalos de corrupção da história do país Lula se reelege a presidência da república para seu segundo mandato.

Em 2006 (último ano do primeiro mandato do Presidente Lula), mesmo com todos os problemas envolvendo políticos ligados ao governo, o Brasil dá início a uma era de grande crescimento econômico e começa a ganhar destaque no cenário e na imprensa internacionais. As constantes quedas nos indicadores do chamado Risco-Brasil fizeram com que o país se transformasse num ambiente seguro e atrativo para os investidores externos.

O *BRIC*<sup>37</sup>, uma organização com fins econômicos inicialmente composta por Brasil, Rússia, Índia e China que se articulou no começo dos anos 2000, depois de algum tempo já dava sinais que ocorreriam mudanças na geopolítica e no poder econômico global.

---

<sup>37</sup> Inicialmente a organização surgiu como BRIC: Brasil, Rússia, Índia e China. Em 2011 a África do Sul foi oficialmente aceita (O “S” acrescentado significa South Africa)

A conceituada revista britânica *The Economist*, especializada em economia internacional e que muitas vezes criticou o Brasil publicou em novembro de 2009 uma matéria com 14 (quatorze) páginas cujo título era *Brazil takes off* (*Brasil decola* na tradução literal), na qual destaca os fatores que levaram o Brasil a este boom econômico (e aproveitou para fazer algumas críticas também como é habitual).



Figura 7: Capa da revista britânica *The Economist* publicada em novembro de 2009.

A reportagem destaca não somente os avanços alcançados no governo Lula, mas também a base construída pelo governo FHC deixada de herança a seu sucessor. Vale ressaltar aqui que a quase bicentenária publicação inglesa apoia assumidamente as causas liberais desde o século XIX, época de sua fundação.

A chegada do Brasil no cenário e imprensa internacionais acabou sendo marcada por características consideradas extremamente positivas no mundo economicamente globalizado, tais como o fato de sermos um país democrático sem conflitos armados, étnicos ou religiosos, e ainda um país que busca um desenvolvimento harmônico com o meio ambiente. Outro acontecimento que projetou o país internacionalmente foi a atribuição de organizar os dois eventos esportivos mais midiáticos e importantes do planeta: o mundial de futebol de 2014 e

os jogos olímpicos de 2016. Todos esses fatores atraíram não só as atenções, mas também muitos investimentos estrangeiros para o país. Além de tudo isso o Brasil possui uma economia bastante diversificada e comparativamente a outros países é menos dependente dos combustíveis fósseis (mesmo havendo projeções do país configurar entre os principais produtores mundiais de petróleo) além de estar na vanguarda tecnológica dos biocombustíveis.

O crescimento de empresas multinacionais brasileiras como a Embraer, Vale (antigas estatais) e Petrobras<sup>38</sup> (estatal de economia mista) as colocaram entre as maiores do mundo em seus respectivos segmentos: aviação, mineração e exploração de petróleo. A agricultura do país também possui uma desenvolvida base tecnológica que a coloca entre as mais produtivas. O parque industrial brasileiro é bastante diversificado, está atualmente entre os dez mais importantes na escala global e os investimentos em pesquisa científica têm diminuído consideravelmente a dependência do país em relação à tecnologia externa.

Os investimentos públicos foram direcionados a setores estratégicos econômicos e sociais, tais como infraestrutura (produção) e educação/pesquisa (capital humano) que conforme vários estudos<sup>39</sup> já revelaram possuem impactos positivos no crescimento econômico. Os programas de distribuição de renda impactaram positivamente o crescimento do PIB, pois os recursos destinados às famílias mais pobres a título de complemento de renda são reinjetados na economia através do consumo. Existe ainda o fato de que as famílias beneficiadas pelos programas de distribuição de renda são obrigadas a manter os filhos na escola e isso tem permitido que muitas pessoas dentro de pouco tempo consigam deixar a condição de pobreza extrema. Em setembro de 2014 o país deixou o *Mapa da Fome das Nações Unidas*<sup>40</sup> e atualmente apenas 0,5% (cinco décimos por cento) dos mais de 5.500 (cinco mil e quinhentos) municípios brasileiros possuem Índice de Desenvolvimento Humano considerado muito baixo<sup>41</sup> (IDH-M).

---

<sup>38</sup> Em 2014 a Petrobras começou a enfrentar um agrave crise gerada por denúncias de corrupção que fez seu valor de mercado sofrer uma forte queda.

<sup>39</sup> Jacob A. Mincer publicou um importante na década de 1970 que relaciona investimentos públicos em educação e crescimento econômico (Schooling, Earnings, and Experience. Columbia University Press, New York, 1974).

<sup>40</sup> Atualmente menos de 2% da população brasileira vive em situação de insegurança alimentar. Houve uma queda de 82% em relação a 2003. Fonte: Ministério de Defesa Social e Combate à Fome.

<sup>41</sup> No ano 2000 o número de municípios brasileiros com IDH muito baixo ultrapassava 40% (quarenta por cento). Fonte: Atlas Brasil 2013 (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e Fundação João Pinheiro).

Com todas essas mudanças, certo clima de satisfação tomou conta da população de modo geral, principalmente nas camadas médias da sociedade, que passaram a representar maior parte da população brasileira nos últimos anos. Essa nova classe média atribui ao governo petista várias conquistas sociais e econômicas como o acesso ao ensino superior, o aumento do emprego formal e da renda, a aquisição da casa própria e a inserção no mercado consumidor de bens e serviços que outrora, num passado pouco distante, eram restritos a poucos.

É a população, portanto, muito mais que o poder do soberano, que aparece como o fim e o instrumento do governo: sujeito de necessidades, de aspirações, mas também objeto nas mãos do governo. [Ela aparece] como consciente, diante do governo, do que ela quer, e também inconsciente do que a fazem fazer. O interesse como consciência de cada um dos indivíduos que constitui a população e o interesse como interesse da população, quaisquer que sejam os interesses e as aspirações individuais dos que a compõem, é isso que vai ser, em seu equívoco, o alvo e o instrumento fundamental do governo das populações. Nascimento de uma arte ou, em todo caso, de táticas e técnicas absolutamente novas (FOUCAULT, 2008b, p. 140).

O grande desafio do país desde então passou a ser saber administrar essas conquistas obtidas à duras penas e que até pouco tempo atrás eram quase impossíveis de se imaginar. O governo sabe que a manutenção destas conquistas dependerá também do comportamento da população. Isso ficou claro principalmente após os acontecimentos de 2008 quando se chegou à conclusão que a expansão desordenada do crédito e o alto endividamento da população norte-americana foram os principais fatores que desencadearam a crise que contaminou muitas economias consideradas desenvolvidas, mas que são altamente dependentes do crédito. A crise de 2008 foi na verdade uma crise do crédito gerada pela falta de confiança entre mercado e população. O mercado passou a ter medo de emprestar e a população de tomar os empréstimos. Quando isso acontece a atividade econômica desacelera.

A educação financeira no Brasil se transformou em política de estado e o Decreto nº 7.397/2010 tem como objetivos principais modelar e conduzir o comportamento da população a fim de que esta desempenhe seu papel dentro da economia política. Para isto, se vale do seu peso de “quase lei” para garantir a efetividade e o sucesso das ações, mas “não se trata de impor uma lei aos homens, mas de dispor as coisas, isto é, utilizar mais táticas do que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas. Fazer, por vários meios, com que determinados fins possam ser atingidos (FOUCAULT, 2004, p. 284)”.

Foi dentro desse cenário social, político e econômico que a ENEF se desenhou. Percebemos que as estratégias políticas foram capazes de combinar simultaneamente práticas econômicas neoliberais com políticas sociais, conseguindo alavancar o país, colocando-o numa situação econômica favorável, mesmo com as dificuldades enfrentadas em 2014 e início de 2015. Demonstrarei a seguir alguns números que podem nos ajudar a compreender porque o governo têm se empenhado em disseminar as boas práticas econômicas que devem ser adotadas pela população.

## **4.2. Urdimentos que sustentam os discursos da educação financeira no Brasil**

O advento da crise financeira internacional que aflige o mundo de 2008 para cá levantou muitas dúvidas e questionamentos sobre o capitalismo sendo que os mais radicais chegaram até a proclamar o seu fim. Coincidências ou não exatamente nessa época se intensificaram as discussões sobre a educação financeira no Brasil. Como vimos<sup>42</sup>, já haviam surgido propostas de criação da disciplina educação financeira que integraria os currículos dos ensinos fundamental e médio e também de inclusão do tema educação financeira no currículo de matemática, todas elas relacionadas ao PLC nº 171/2009, além dos poucos, mas já existentes programas de educação financeira idealizados e mantidos por instituições privadas ou parcerias público-privadas.

Iniciativas bastante oportunas se considerarmos os fatos ocorridos na economia norte-americana em 2008 que acabaram contaminando as economias de todo o planeta já que vivemos num mundo altamente globalizado. O estopim da crise norte-americana foi a quebra de um sistema de empréstimos de riscos (subprimes) que permitiu o acesso à casa própria a muitas pessoas que não possuíam garantias (algo parecido estaria acontecendo no Brasil?). Os altos índices de inadimplência acabaram detonando a crise que ainda perdura.

O Brasil que sempre foi considerado um mau aluno pelos organismos financeiros internacionais justamente pela incapacidade de tirar proveito de suas potencialidades demonstrava estar aprendendo bem a lição ao elaborar uma proposta educacional com a

---

<sup>42</sup> Vide Capítulo 3

finalidade de promover a consolidação da economia, o uso consciente do dinheiro e do crédito, cujas diretrizes estão elencadas no artigo 2º do Decreto nº 7.397/2010:

Art. 2º A ENEF será implementada em conformidade com as seguintes diretrizes:

- I - atuação permanente e em âmbito nacional;
- II - gratuidade das ações de educação financeira;
- III - prevalência do interesse público;
- IV - atuação por meio de informação, formação e orientação;
- V - centralização da gestão e descentralização da execução das atividades;
- VI - formação de parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas; e
- VII - avaliação e revisão periódicas e permanentes. (BRASIL, 2010).

A Estratégia Nacional de Educação Financeira teve sua gênese nos meios financeiro e governamental e vem se legitimando no meio educacional. Inspirou-se em experiências internacionais como a dos Estados Unidos, Reino Unido e Austrália, países que apesar de possuírem economias altamente desenvolvidas, também apresentam baixos indicadores de conhecimentos em finanças por grande parte da população. As ações envolvendo as estratégias de educação financeira nos diversos países contam como o apoio da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Logicamente, as mudanças socioeconômicas e a mobilidade social ocorridas no Brasil de uma década para cá colocou grande parte da população diante de um horizonte cheio de oportunidades. São mais de 100 (cem) milhões de pessoas, que se fossem uma nação seriam a 12ª (décima segunda) maior do mundo e a 18ª (décima oitava) que mais consome. Trata-se de um grupo com uma grande capacidade de influenciar os rumos do país, tanto do ponto de vista econômico quanto político. A classe média brasileira passou a ter um enorme poder de decisão em suas mãos. Seguem alguns números que traduzem de forma resumida o crescimento do país no período mais importante (2006 a 2010):

## Produto Interno Bruto - PIB:

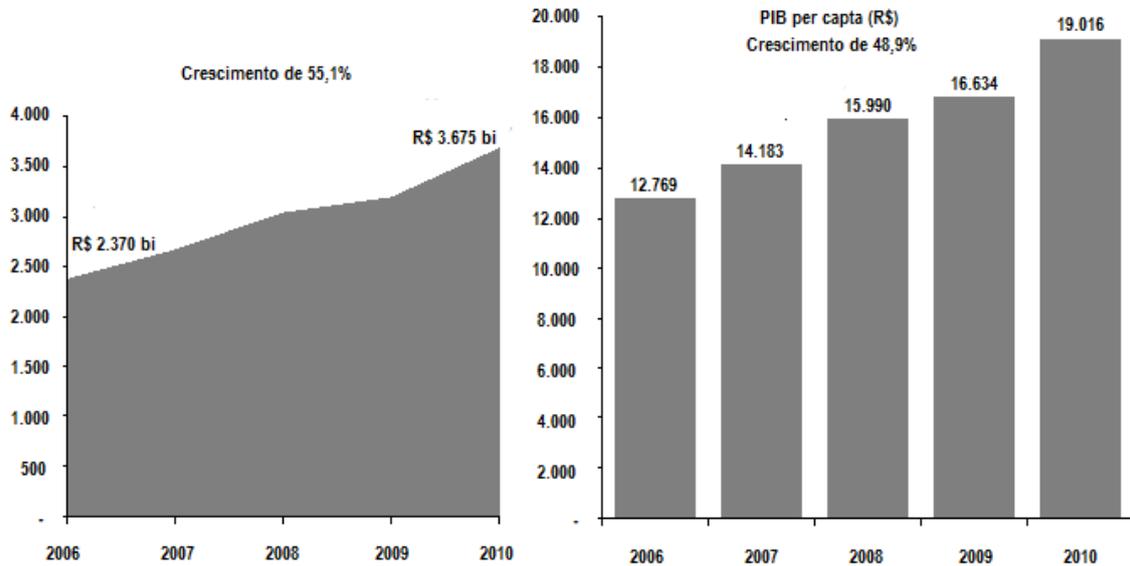


Gráfico 2: Evolução do PIB brasileiro (2006-2010)

Fontes: IBGE e BCB (Disponível em: [www.febraban.org.br](http://www.febraban.org.br))

## Emprego:

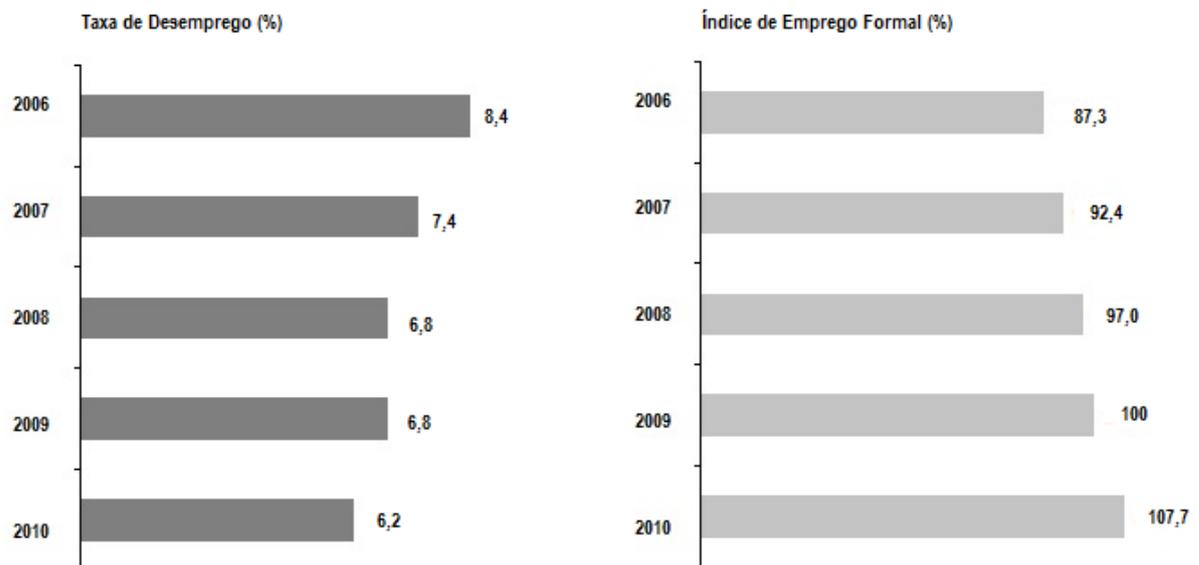


Gráfico 3: Evolução da taxa de desemprego e índice de emprego formal no Brasil (2006-2010)

Fontes: IBGE e Ministério do Trabalho (Disponível em: [www.febraban.org.br](http://www.febraban.org.br))

## Salário Mínimo:

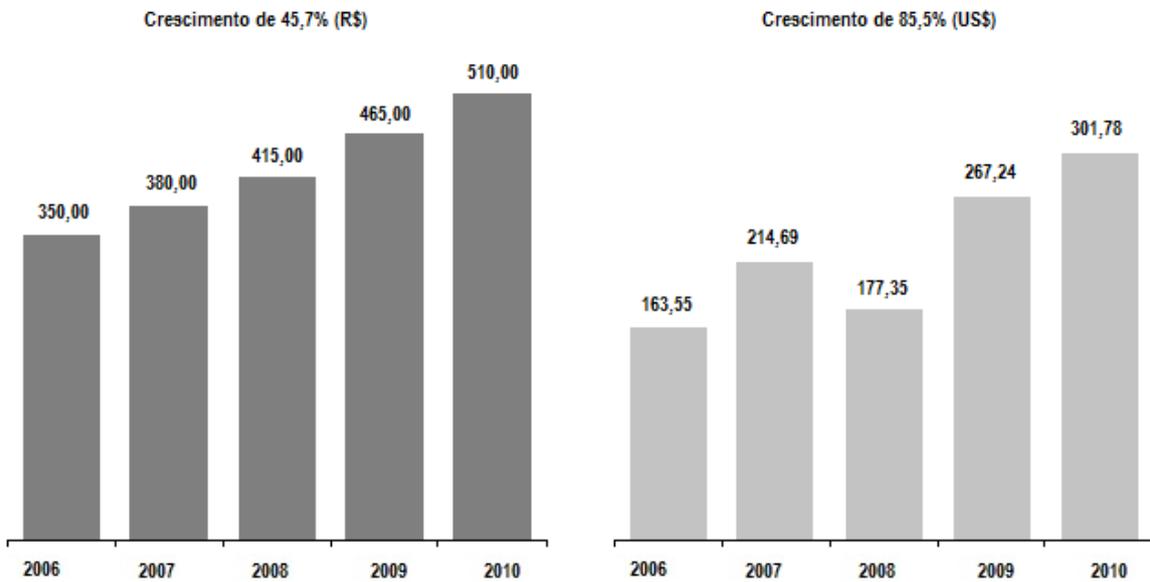


Gráfico 4: Evolução do salário mínimo no Brasil (2006-2010)

Fontes: IBGE e BCB (Disponível em: [www.febraban.org.br](http://www.febraban.org.br))

## Redução da pobreza:

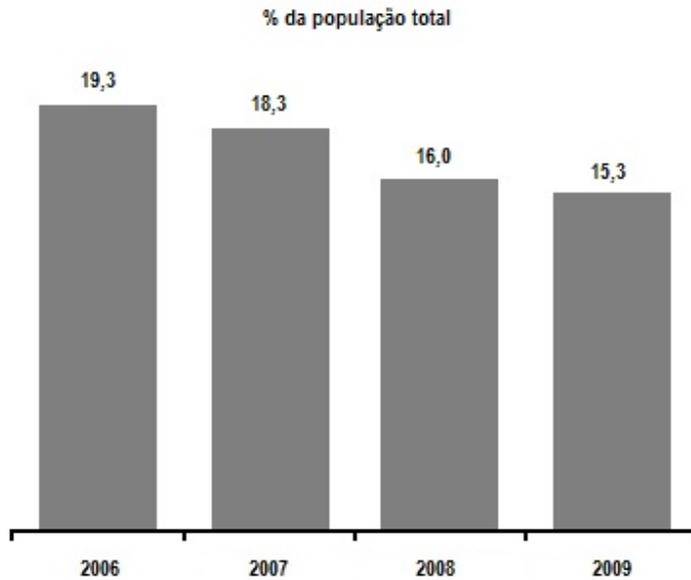


Gráfico 5: Redução da pobreza no Brasil (2006-2010)

Fonte: Fundação Getúlio Vargas – FGV (Disponível em: [www.febraban.org.br](http://www.febraban.org.br))

### Relação Crédito/PIB:

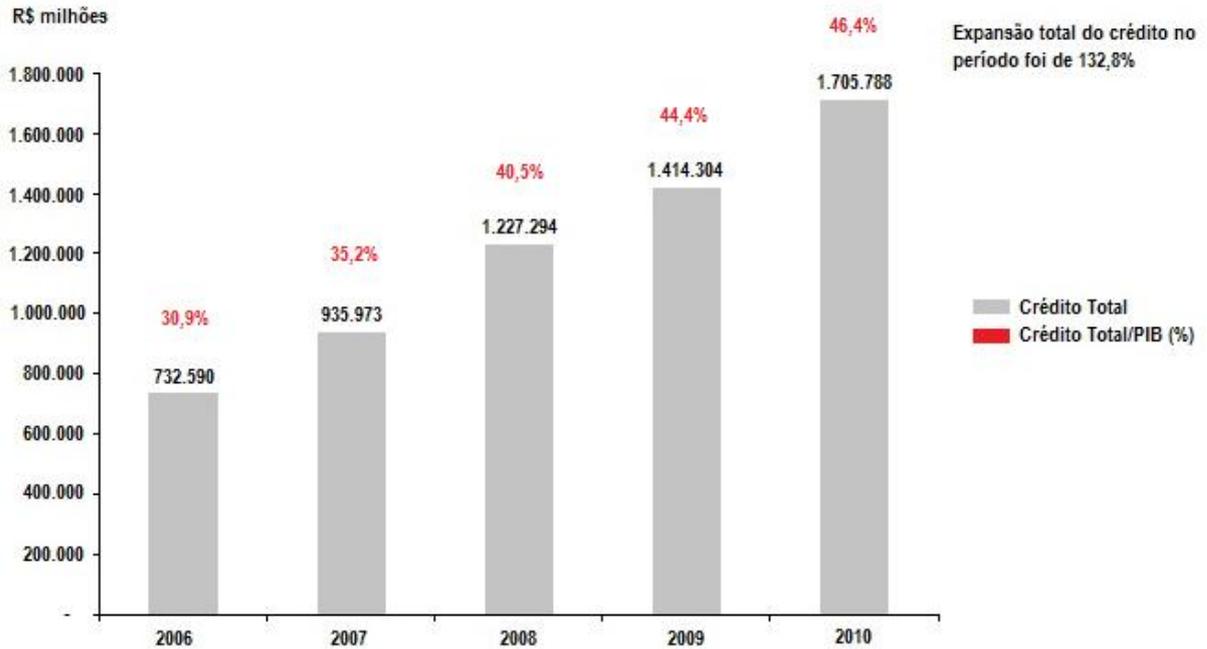


Gráfico 6: Evolução da relação Crédito/PIB no Brasil (2006-2010)

Fonte: BCB e FEBRABAN (Disponível em: [www.febraban.org.br](http://www.febraban.org.br))

### Distribuição das classes sociais no Brasil:

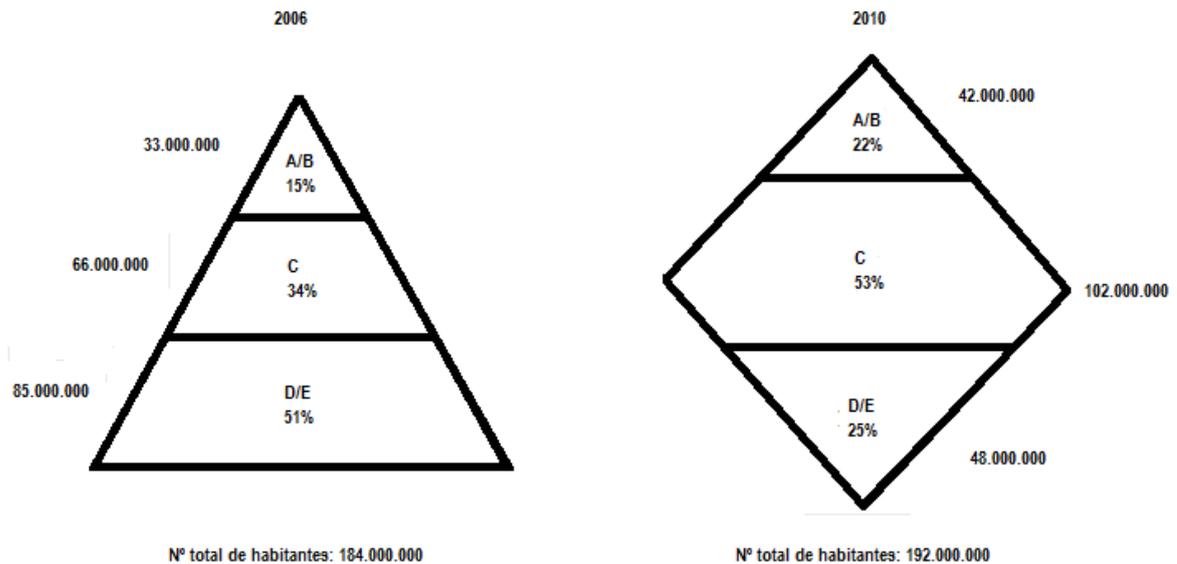


Gráfico 7: Evolução da distribuição das classes sociais no Brasil (2006-2010)

Fonte: Pesquisa IPSOS/Cetelem – 2011 (Disponível em: [www.febraban.org.br](http://www.febraban.org.br))

A inclusão financeira, fenômeno que vem se dando principalmente pela “bancarização” vem se massificando cada vez mais. Essa nova massa consumidora vem atraindo os olhares e as atenções das instituições financeiras, das grandes empresas e também

dos agentes políticos. Essa nova dinâmica vem fazendo com que entidades de diferentes áreas desenvolvam ações massificadas voltadas para esse segmento da sociedade devido a sua grande potencialidade.

Inclusão financeira é uma condição essencial ao crescimento econômico sustentável devendo ser materializada como um “processo de bancarização da população de forma adequada às suas necessidades, contribuindo com sua qualidade de vida” (FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos).

As grandes empresas que até então concentravam suas ações sobre um público alvo constituído pelas camadas mais privilegiadas da sociedade já que estas possuem maior poder aquisitivo, agora desenvolvem produtos especificamente desenhados para a classe média. O setor financeiro aqui representado pelos grandes bancos de varejo vem buscando desenvolver uma gama de produtos voltados para estes potenciais clientes e empreendedores que vão muito além do crédito voltado para o consumo. Hoje não é difícil, por exemplo, nos depararmos com vendedores ambulantes utilizando máquinas de cartão de crédito nos recebimentos de suas vendas. O que antes era muitas vezes visto como um problema social vem se transformando numa fonte de receita importante para o setor financeiro, além do que estas pessoas vêm sendo estimuladas pelo governo a formalizarem seus pequenos negócios através do microempreendedorismo individual tornando-se também um contribuinte tributário. Podemos perceber que a inclusão financeira vai muito além do acesso ao consumo e ao crédito. Ela também tem seu lado fiscal e previdenciário. No contexto neoliberal, o que é bom para o mercado, também é bom para o estado.

Praticamente todas as instituições financeiras públicas e privadas do país vêm desenvolvendo ações massificadoras que visam educar financeiramente esses novos consumidores e potenciais clientes, pois já se constatou que os altos índices de inadimplência verificados nos anos de 2011 e 2012 se deram muito mais por conta do desconhecimento do que por conta do deslumbramento proporcionado pelo acesso ao crédito. A elevação da inadimplência pode provocar perturbações à economia, sem contar o fato de que o consumidor inadimplente fica fora do mercado.

A prática da gestão do risco, que se utiliza de programas executados em parcerias com empresas, que incita o indivíduo a autogerir sua vida e a manter sua comunidade auto-sustentável, emerge a partir da racionalidade política contemporânea, caracterizada como neoliberal (BELLO; TRAVERSINI, 2009, p. 143).

No ano de 2014 o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) intensificou suas ações. No mês de fevereiro criou o Grupo de Apoio Pedagógico (GAP) cuja atribuição

principal é assessorar o CONEF quanto aos aspectos pedagógicos relacionados com a educação financeira. No mês de maio de 2014 promoveu um evento de abrangência nacional denominado *Semana ENEF*, que incluiu ciclos de palestras, videoaulas, jogos e guias educacionais voltados para pais, educadores e trabalhadores do mercado financeiro, abordando temas como finanças pessoais, mercado de ações, educação fiscal e previdenciária. Este evento foi organizado com apoio de instituições públicas e privadas tais como Banco Central do Brasil (BCB) e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (AMBIMA), dentre várias outras.

Como já vimos (retome nota de rodapé nº 33), em nosso país a AEF-Brasil<sup>43</sup>, principal instituição responsável pela implantação da Estratégia Nacional de Educação Financeira, produziu e disponibilizou o material didático utilizado na implementação de um projeto piloto que abrangeu 06 (seis) estados, num total de 891 (oitocentos e noventa e uma) escolas e mais de 26.000 (vinte e seis mil) alunos nos anos de 2010 e 2011 e pretende alcançar num curto prazo a totalidade das redes pública e privada de ensino com a implantação de uma plataforma on-line que já está funcionando.

Em 2013 a AEF-Brasil divulgou um relatório no qual foram identificadas 803 (oitocentos e três) iniciativas de educação financeira no país, um aumento de 700% (setecentos por cento) em relação ao primeiro levantamento realizado em 2010, incluindo projetos que vão desde a educação de crianças e jovens até consultorias especializadas e treinamentos para investidores. Cerca de 70% (setenta por cento) das ações são promovidas pelo setor público e privado, com prevalência do setor privado, 60% (sessenta por cento) são gratuitas, 50% (cinquenta por cento) possuem abrangência nacional e 87% (oitenta e sete por cento) estão concentradas nas regiões sul e sudeste.

Com discursos emancipadores e sedutores, as diversas ações de educação financeira que circulam no Brasil, quase todas elas elaboradas com a participação de instituições financeiras e governamentais, seguem na esteira das pedagogias críticas, a começar pelo texto legal do Decreto nº 7.397/2010:

Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010

Art. 1º. Fica instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o *fortalecimento da cidadania*, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a *tomada de decisões conscientes* por parte dos consumidores (BRASIL, 2010, grifo meu).

---

<sup>43</sup> Associação de Educação Financeira do Brasil

No Plano Diretor da ENEF, que é o documento que consolida as ações que fazem parte da Estratégia Nacional de Educação Financeira, nos deparamos várias vezes com as palavras *crítico(a)*, *reflexão*, *consciente*, *consciência*, *autônomo*, *autonomia*, *cidadão*, *cidadania*, sempre se referindo aos modos de pensar e agir do indivíduo em relação ao consumo, ao uso do dinheiro e do crédito, pressupondo a formação de um sujeito que deverá ter a “capacidade de posicionar-se, elaborar projetos pessoais e participar enunciativa e cooperativamente de projetos coletivos, ter discernimento, organizar-se em função de metas eleitas, governar-se [...]” (BRASIL, 1997, p. 62). Este sujeito que a ENEF visa constituir “não é um ser natural com formas de conduta e comportamento previsíveis, mas, ao contrário, trata-se de uma forma de subjetividade que deve ser trazida à tona e mantida por meio de mecanismos sociais de assujeitamento (HAMANN, 2012, p. 107)” cujas estratégias têm por objetivo principal a manutenção do sistema econômico.

Tanto em tempos de mercado aquecido como em tempos de austeridade<sup>44</sup>, este sujeito poderá ser conclamado a dar sua contribuição para que os números que compõem a economia sigam o mais próximo possível da curva ideal.

---

<sup>44</sup> Austeridade em economia significa controle rigoroso dos gastos públicos para retomada o equilíbrio fiscal. São medidas que implicam diretamente na queda da qualidade de vida da população (pelo menos no curto prazo).

## 5. A EDUCAÇÃO GOVERNAMENTALIZADA NEOLIBERAL

Não é demais lembrar que o Brasil já há algumas décadas está inserido no contexto neoliberal não apenas no que tange aos aspectos econômicos, mas também sociais, culturais, políticos e educacionais, embora simultaneamente o país mantenha em vigor algumas políticas de cunho social.

Retomando o tema desta pesquisa (educação financeira) podemos afirmar que se trata de mais um claro exemplo das relações existentes entre a educação (escolarizada ou não) e a governamentalidade neoliberal. “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos com saberes e os poderes que eles trazem consigo (FOUCAULT, 1999, p. 44)”.

Os efeitos de sentido presentes nos discursos das várias ações que fazem parte da ENEF denotam relações de poder-saber que buscam atravessar o sujeito pela perspectiva do consumo consciente, do planejamento financeiro visando o amanhã, da possibilidade de realização dos sonhos, em suma, do desenvolvimento de competências que permitam a este sujeito atingir uma situação futura considerada ideal, conscientizando-o dos riscos e oportunidades envolvidos em suas escolhas, porém sempre pautados na racionalidade neoliberal. Ao mesmo tempo, este sujeito poderá contribuir para que os números da economia se distribuam num quadro que seja considerado o mais próximo do ideal. “Trata-se de recorrer a um saber diretamente útil e utilizável para responder às questões e aos problemas sociais contemporâneos (BRASIL, 2000, p. 21)”.

Neste contexto, a escola acaba se transformando num “canal privilegiado para atuar tanto sobre os indivíduos – subjetivando-os – quanto sobre a população – tornando-as mais fácil e economicamente governáveis (VEIGA-NETO, 2012b, p. 8)”. O neoliberalismo como tecnologia biopolítica entende que tanto o indivíduo como a população podem ser conduzidos a se comportarem de determinadas maneiras.

As tecnologias políticas das quais fala Foucault, e em particular as que operam no liberalismo e neoliberalismo, produzem *modos de existência*, pois através delas os indivíduos e coletivos se subjetivam, adquirem uma experiência concreta do mundo. Seu propósito é, portanto, a *autorregulação* dos sujeitos: conseguir que os governados façam coincidir seus *próprios* desejos, esperanças, decisões, necessidades e estilos de vida com objetivos

governamentais fixados de antemão. (CASTRO-GÓMEZ, 2010, p. 13, tradução minha, grifo do autor).

Este sujeito e essa população assujeitada deverão ter um comportamento que ofereça menor ônus (ou risco) possível ao estado porque este não deseja mais provê-los. Além do mais, eles deverão ser capazes de se adaptar às constantes mudanças, desonerando o estado não só no sentido de não depender totalmente dos serviços sociais típicos como educação, saúde e seguridade social, mas também sendo um parceiro, sócio deste estado, contribuindo para fomentar as atividades econômicas. Trata-se de

[...] uma racionalidade governamental que descobre a economia e que faz da população o seu principal objeto, quanto denota o "contato entre as tecnologias de dominação dos outros e as [tecnologias] voltadas para [a dominação] o eu" (FOUCAULT, 1991, p. 49 apud VEIGA-NETO, 1999, p. 2).

A Estratégia Nacional de Educação Financeira visa instituir um saber econômico/financeiro através de processos de subjetivação que alcancem o indivíduo de modo que este tome para si responsabilidades inerentes à lógica neoliberal. Tais discursos operam sobre este sujeito regulando seu comportamento e reforçando a sua crença na qual

[...] “a vida pode ser melhor, mais rica e mais completa para todos, com oportunidade para cada um segundo suas capacidades e conquistas, independentemente da classe social ou circunstâncias de nascimento (origem) (ADAMS, 1931, p. 214-215 apud VEIGA-NETO, 2012, p. 6)”.

“O *homo economicus* que se quer reconstituir não é [somente] o homem da troca, não é [somente] o homem consumidor, é [principalmente] o homem da empresa e da produção (Foucault, 2008, p. 201, grifo do autor)”. Um sujeito idealizado pela escola moderna, responsável pelo progresso de si e de toda a sociedade.

A migração dos saberes do campo financeiro/econômico para o campo educacional está ganhando grande força na constituição estratégica destas várias formas-sujeito (consumidores, produtores, empreendedores, investidores). À medida que estes saberes se naturalizam, conseguem capturar os indivíduos e fazer com que estes direcionem suas vidas de acordo com os preceitos neoliberais que nos governam. “Isso equivale a dizer que as práticas discursivas moldam nossa maneira de constituir o mundo, de compreendê-lo e de falar sobre ele (VEIGA-NETO, 2007, p. 93)”. Aqueles que não forem capazes de fazer boas escolhas e administrar suas vidas conforme os princípios de mercado, no futuro poderão ser punidos com o fracasso e não poderão culpar ninguém, a não ser a si próprios. “Liberdade de escolha não significa que todas as opções sejam corretas - elas podem ser boas e más,

melhores e piores. A alternativa escolhida acaba sendo prova de competência ou de falta da mesma (BAUMAN, 2008, p. 174)”.

Ao instituir um campo de saber (neste caso saber financeiro), o poder se articula para que este gere práticas que logo se corporificarão como verdades, instituindo e modificando o comportamento dos indivíduos e da sociedade, conduzindo suas condutas para atingir determinados fins.

Podemos perceber aí as relações existentes poder e saber, entre as transformações socioeconômicas em curso no mundo contemporâneo e a educação (principalmente a escolarizada), mas para isso

Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema do poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas (FOUCAULT, 1999, p. 27).

Diante desse cenário, a escola moderna assume seu papel de regulador social, político, cultural e econômico, valendo-se para isso da sua capacidade de constituir “subjetividades e identidades, porém em sintonia com práticas, valores e preceitos que são próprios da racionalidade neoliberal (VEIGA-NETO, 2012, p. 15)”, utilizando “técnicas e instrumentos destinados a dirigir a conduta dos homens (GADELHA, 2009, p. 120)”.

Um exemplo destes mecanismos relacionado à educação financeira é o *Plano Diretor da ENEF*, o qual analisarei discursivamente por se tratar um importante tecido.

## **5.1. A discursividade neoliberal presente no Plano Diretor da ENEF**

As mídias nas suas mais variadas formas (sites, revistas, TV, rádio, jornais) estão entre as principais fontes de informações utilizadas pela população na busca de conhecimentos úteis e aplicáveis na vida cotidiana, vida escolar, profissional, etc. Na educação isso não é

diferente. Educadores e educandos recorrem constantemente a essas mídias como fonte em suas pesquisas.

O site governamental *Vida e Dinheiro* ([www.vidaedinheiro.gov.br](http://www.vidaedinheiro.gov.br)) foi implantado no ano de 2008 com o objetivo de se transformar no principal instrumento pedagógico da Estratégia Nacional de Educação Financeira, servindo inicialmente como banco de dados para cadastramento e mapeamento das ações e projetos de educação financeira circulantes no Brasil. Os projetos cadastrados nunca foram divulgados devido a incorreções técnicas ou inadequação pedagógica. A partir de 2015, o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) está lançando um selo de certificação que será concedido às iniciativas de educação financeira que estejam alinhadas às diretrizes da ENEF. O selo terá validade de quatro anos e será concedido após criteriosa avaliação.

O site *Vida e Dinheiro* está conectado a outros dois sites: o *Educação Financeira na Escola* ([www.edufinanceiranaescola.gov.br](http://www.edufinanceiranaescola.gov.br)) e da *Associação de Educação Financeira do Brasil* (AEF-Brasil<sup>45</sup>, [www.aefbrasil.org.br](http://www.aefbrasil.org.br)). Este último na verdade pertence à instituição coordenadora da ENEF e responsável pela disponibilização gratuita dos materiais didáticos voltados para os ensinos fundamental e médio.

Os referidos sites possuem um vasto conteúdo relacionado à educação financeira que vão desde tutoriais sobre investimentos, consumo, calculadoras financeiras para tablets e celulares até livros didáticos em formato digital, vídeos (inclusive um programa de TV apoiado pela BM&FBovespa no youtube<sup>46</sup> que fora também exibido pela TV Cultura entre os anos de 2011 e 2014), dentre outros, e estão sendo utilizados por escolas, educadores e educandos como fonte bibliográfica.

Dentre os materiais mais importantes disponíveis nos sites mencionados, o *Plano Diretor* é o documento que consolida as ações da Estratégia Nacional de Educação Financeira. O referido documento que está servindo de norte para inserção da educação financeira no âmbito escolar, além de propor várias outras ações para o público adulto, fornece pistas importantes que permitem a identificação de algumas tramas em torno da ENEF. Por se tratar de um documento bastante extenso, limitar-me-ei a análise apenas do

---

<sup>45</sup> Retomando nota de rodapé nº 33, a Associação de Educação Financeira do Brasil, uma instituição sem fins lucrativos classificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). É a instituição responsável pela implantação da ENEF no país.

<sup>46</sup> Site de compartilhamento de vídeos em formato digital ([www.youtube.com](http://www.youtube.com))

*Anexo 4 - Orientação para Educação Financeira nas Escolas*, por entender que este seja o mais pertinente a este trabalho e o que mais interessa.

O *Plano Diretor da ENEF* é um documento composto por seis anexos<sup>47</sup> e tem como documento gerador os resultados de uma pesquisa realizada em 2008 pelo Instituto Data Popular<sup>48</sup> (através do COREMEC e BM&FBovespa) para identificar os perfis de renda, escolaridade, hábitos de consumo e investimento da população brasileira. A partir dos dados obtidos (Anexo 1 do Plano Diretor) foram traçadas as diretrizes da Estratégia Nacional de Educação Financeira.

Ao examinarmos o *Anexo 4 - Orientação para Educação Financeira nas Escolas*, nos deparamos muitas vezes com as expressões consciente, consciência, autônomo, autonomia, crítico (adjetivo), crítica (juízo de valor), reflexão, refletir, cidadão, cidadania, sempre se referindo aos modos de ser, pensar e agir dos indivíduos em relação ao uso do dinheiro e do crédito, ao consumo ou planejamento financeiro, etc. Os discursos emancipadores presentes no *Plano Diretor da ENEF* clamam pela constituição do sujeito moderno, fundado nas metanarrativas iluministas que (ainda) predominam amplamente nas teorizações críticas do discurso pedagógico brasileiro.

Segundo a OCDE (2005), educação financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com *informação, formação e orientação*, possam *desenvolver os valores e as competências necessários* para se tornarem mais *conscientes* das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, poderem *fazer escolhas bem informadas*, saber onde procurar ajuda, adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para *formação de indivíduos e sociedades responsáveis*, comprometidos com o futuro.

Espera-se que a *mudança de postura* alcançada com as competências adquiridas por meio da educação financeira possa ajudar as pessoas a resolver seus desafios cotidianos (CONEF, 2011, p. 57-58, grifo meu).

Na citação acima (1º e 2º parágrafos da introdução) podemos identificar a relação poder/saber na medida em que os saberes instituídos pela educação financeira visam à geração de práticas que modifiquem o comportamento dos indivíduos e da população a fim de

---

<sup>47</sup> 1. Pesquisa Nacional do Grau de Educação Financeira da População Brasileira  
2. Inventário de Ações de Educação Financeira  
3. Experiências Internacionais  
4. Orientação para Educação Financeira nas Escolas  
5. Programas Setoriais  
6. Orientações para Educação Financeira de Adultos

<sup>48</sup> Instituto de pesquisas que desde 2001 vem acompanhando a participação das classes C, D e E no mercado consumidor brasileiro.

minimizar os riscos inerentes a posturas econômicas (individuais e coletivas) consideradas inadequadas.

A educação financeira, além de *informar, formar e orientar* indivíduos que consomem, poupam e investem de forma *responsável e consciente*, propiciando base mais segura para desenvolvimento do país. Tal desenvolvimento retorna para as pessoas sob a forma de serviços mais eficientes e eficazes por parte do Estado, numa relação saudável das partes com o todo (CONEF, 2011, p. 59, grifo meu).

Podemos perceber na citação supra como a educação financeira funciona como tecnologia biopolítica ao justificar a instituição dos saberes financeiros como pilar para o desenvolvimento do país, visto que tal desenvolvimento retornaria para população serviços públicos de melhor qualidade, o que de certa forma poderia até acontecer caso o contingente populacional dependente das políticas sociais fosse reduzido ao mínimo (é este um dos principais objetivos do neoliberalismo). Porém, no meu entendimento existe aí um paradoxo, pois as economias neoliberais na tentativa de desonerar o estado buscam transformar serviços sociais, como educação e saúde, por exemplo, em objetos de consumo, deslocando-os da esfera social para a lógica do mercado.

É neste quadro que se reconceitualiza a noção de cidadania, através de uma revalorização da ação do indivíduo enquanto proprietário, enquanto indivíduo que luta por conquistar (comprar) propriedades-mercadorias de diversa índole, sendo a educação uma delas. O modelo do homem neoliberal é o cidadão privatizado, o empreendedor<sup>49</sup>, o consumidor (GENTILI, 1996, p. 20-21).

Talvez esteja aí a chave da eficiência do neoliberalismo na constituição de subjetividades e como tecnologia de condução das condutas. Seus discursos fundados em ideais de liberdade e cidadania lhe conferem uma sutileza que esconde sua verdadeira cara. E quanto menos o poder mostra sua cara, menos resistências ele há encontrar. “Portanto, a educação financeira nas escolas se apresenta como estratégia fundamental para ajudar as pessoas a realizar seus sonhos individuais e coletivos (CONEF, 2011, p. 63)”.

Dentre as orientações para introdução da EF nas escolas, o *Plano Diretor da ENEF* (anexo 4) coloca como objetivo principal a formação para a cidadania. Chama a atenção para o equilíbrio que deve existir entre a poupança e o consumo (este deve se pautar pela ética e consciência), citando Bauman<sup>50</sup> (2008) inclusive ao se referir ao consumo imediato orientado por práticas sociais (ou discursivas) e também pela publicidade, fatores que combinados

<sup>49</sup> Empresário, empreendedor (francês) – Fonte: Michaelis.

<sup>50</sup> A obra *Vida para consumo: a transformação de pessoas em mercadorias* é uma das referências utilizadas na elaboração do *Plano Diretor da ENEF*.

acabam desestimulando o planejamento, fazendo com que as pessoas considerem o dinheiro como algo importante para sobrevivência, mas que não comporta a dimensão de futuro. O que me chamou a atenção nesta parte do texto são as possibilidades de resistência ante aos processos de subjetivação em torno do discurso consumista neoliberal e a constituição de um sujeito que não seja totalmente atravessado pelos mesmos. Porém, no decorrer da leitura se percebe que a ideia central não está em consumir mais ou menos e sim consumir melhor e sempre, evitando o consumo desnecessário (o que implicaria no aumento da taxa de poupança), dando preferência para produtos ecologicamente corretos, produzidos por empresas com responsabilidade ambiental e que mantenham em dia suas obrigações fiscais. Afinal, o “consumo de forma adequada é imprescindível para o bom funcionamento da economia (CONEF, 2011, p. 65)”. Tais discursos parecem pregar novos valores para a vida das pessoas, mas continuam totalmente inseridos na lógica de mercado.

A pedagogização do saber financeiro brada pela formação de um sujeito autônomo, capaz de analisar situações de maneira crítica e tomar decisões conscientes e independentes, usando os conhecimentos adquiridos a seu favor. E é em nome dessa autonomia que estes sujeitos serão capazes “de moldar seu próprio destino de modo mais confiante e seguro se tornando agentes de seu próprio desenvolvimento (CONEF, 2011, p. 66)”.

A autonomia e consciência atribuídas ao sujeito pedagógico da modernidade fazem parte de uma tecnologia encontrada para transferir a este a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso. A partir do momento que este sujeito é autônomo, consciente e livre para fazer suas escolhas, ele não poderá culpar ninguém caso falhe na missão de construir uma vida próspera (somente ele mesmo). A grande questão presente nisso tudo é que

A existência de um sujeito pedagógico não está ligada a vontades ou individualidades autônomas e livremente fundadora de suas práticas. O sujeito pedagógico está constituído, é formado e regulado no discurso pedagógico, pela ordem, pelas posições e diferenças que esse discurso estabelece. O sujeito pedagógico é uma função do discurso no interior da escola e, contemporaneamente, no interior das agências de controle (DÍAZ, 1994, p. 15 apud VEIGA-NETO, 2007, p. 92).

Um estudo realizado com dados levantados junto ao projeto piloto coordenado pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM) em seis unidades da federação (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, Ceará e Tocantins) entre os anos de 2010 e 2011 foi publicado pelo Grupo de Pesquisa de Desenvolvimento do Banco Mundial e Região do Caribe e América Latina sob o título *O Impacto da Educação Financeira do Ensino Médio -*

*Evidência Experimental do Brasil* (Bruhn et al., 2013). Este estudo demonstrou que a educação financeira direcionada aos jovens tem a capacidade de modificar comportamentos relacionados ao universo das finanças. Segundo o referido estudo o programa de educação financeira nas escolas está sendo ampliado para 3.000 (três mil) escolas secundárias e faz parte do ProEMI – Programa Ensino Médio Inovador e também do Programa Mais Educação (ambos federais).

Neste contexto pode-se dizer que a escola é

[...] a instituição moderna mais poderosa, ampla, disseminada e minuciosa a proceder uma íntima articulação entre o poder e o saber, de modo a fazer dos saberes a correia (ao mesmo tempo) transmissora e legitimadora dos poderes que estão ativos nas sociedades modernas e que instituíram e continuam instituindo o sujeito (VEIGA-NETO, 2007, p. 114).

A máquina escolar desempenha seu papel na produção de conhecimentos articulados com a economia política.

## **6. VIDA LÍQUIDO-MODERNA: DO OTIMISMO AO PESSIMISMO EM UM PISCAR DE OLHOS**

Um dos principais objetivos deste trabalho é tentar demonstrar como o sistema educacional através de seus programas, propostas pedagógicas e currículos é utilizado como tecnologia de exercício do poder pelo saber. Nesse contexto, a população se torna objeto nas mãos do governo que “conduz sua conduta” a fim de que esta desempenhe um papel desejado dentro da economia política.

No caso do Brasil está claro que as transformações socioeconômicas ocorridas na década anterior foram determinantes para que o governo começasse a se preocupar com o comportamento econômico da população, principalmente com relação ao consumo e assunção de dívidas de médio e longo prazo por uma grande parcela da população que até então não estava acostumada com esta nova condição. A conjugação dos vários fatores, os quais já me referi no decorrer do texto, foi capaz de operar uma profunda transformação no país, colocando-nos diante de um cenário que se apresentava com boas perspectivas e para o qual talvez ainda não estivéssemos devidamente preparados para desfrutar.

Por isso digo que é compreensível e justificável a preocupação do poder público com o nível de conhecimentos financeiros da população brasileira, e também o interesse e participação das grandes empresas, principalmente as do setor financeiro, em torno do mesmo tema. Para o governo é uma questão biopolítica. Para as empresas é uma questão de interesse e oportunidade. Podemos perceber inclusive os interesses partidários em torno desta proposta educacional e de outras que seguem a linha voltada para mercado.

Há um consenso de que o aumento do consumo facilitado pelo crédito foi o grande responsável pelo crescimento econômico do país e o consumo de massa é o ponto chave de toda essa trama. Dá-se então a necessidade de disciplinar ou conduzir este consumo, considerando os seus variados aspectos, mas principalmente seu papel de força motriz das economias neoliberais e sua capacidade de constituir subjetividades. Aqui aparece a escola como uma máquina eficaz na fabricação desse sujeito, deixando evidente a estreita relação existente entre educação e mercado nos países de economia neoliberal.

O crescimento do consumo trouxe consigo o acesso aos produtos financeiros que basicamente têm as funções de financiar o próprio consumo, a produção e rentabilizar as poupanças. Esses três elementos (consumo, produção e poupança) estão intimamente ligados e o equilíbrio entre eles é fundamental para a economia.

A preocupação do governo reside justamente aí. Escolhas financeiras equivocadas realizadas em massa podem comprometer a saúde de uma economia em níveis micro e macroeconômico. Um exemplo disso, como já disse, foi a quebra dos subprimes na economia norte-americana em 2008 que acabou desencadeando a crise internacional. Por isso o alvo da Estratégia Nacional de Educação Financeira é o comportamento econômico da população, mas não é somente isso. Seria um equívoco resumir a ENEF de forma tão simplista e muita pretensão tentar esgotar todos os efeitos de sentidos presentes nos discursos dessa tecnologia tão bem engendrada e alinhada à racionalidade neoliberal. A ENEF abarca muitos outros aspectos inerentes ao *homo economicus* que não somente produção e consumo. “O *homo economicus* é aquele que é eminentemente governável (FOUCAULT, 2008, p. 369, grifo do autor)”.

Uma população com maior poder de compra tende naturalmente a investir em bens e serviços que melhorem sua qualidade de vida (alimentação, cuidados com a saúde, etc.). Isso gera maior expectativa de vida e tem consequências econômicas importantes para as finanças públicas. Pessoas com idade mais avançada são mais suscetíveis aos serviços de saúde e com uma vida mais longa permanecem aposentadas por mais tempo. Isso impacta fortemente os sistemas públicos de saúde e previdência. Para os governos isso é uma preocupação, mas para as empresas é uma oportunidade de negócios. Estão aí dois dos vários motivos que despertam o interesse das empresas em torno desta proposta educacional. Oportunidade para angariar potenciais clientes e massificar seus negócios.

Uma pessoa que desenvolve desde jovem um comportamento econômico justificado e inserido na racionalidade neoliberal deixa de ser um passivo para o estado e se torna um ativo. Só para exemplificar, imaginemos um jovem casal da classe média que possui emprego formal com todos os benefícios que um trabalhador tem direito. Este casal pode perfeitamente ter um padrão de vida mediano no qual se incluem alguns bens e serviços tais como imóvel próprio e automóvel (mesmo que financiados), escola particular para um ou dois filhos, seguro saúde para toda a família e um plano de previdência privada que muitas vezes são parcialmente financiados e incentivados pelos próprios empregadores.

Nesse simples exemplo podemos perceber quantos setores da economia esse sujeito (casal) é capaz de movimentar: mercado imobiliário, mercado automotivo, mercado de crédito, mercado segurador, mercado de serviços atrelados aos bens adquiridos e mercado de previdência complementar. Como se tudo isso já não fosse suficientemente bom do ponto de vista econômico, esse sujeito/casal não depende dos sistemas públicos de saúde e educação, futuramente poderá usufruir o seu plano previdenciário juntamente com a aposentadoria concedida pela previdência social sem contar a carga tributária que incide e incidirá sobre essas pessoas por toda vida, tanto sobre a renda como sobre o consumo e patrimônio. Por esses motivos o consumo é tão ideologizado nas camadas medianas da sociedade levando o governo a investir em políticas sociais, educacionais e econômicas para que a base (pobreza) da pirâmide social continue se estreitando e a faixa média (classe média) continue se alargando, pois esta massa consumidora é quem mantém a roda da economia girando. Neste contexto também entram os interesses das empresas principalmente as do setor financeiro. Neste mesmo exemplo podemos perceber que todos os setores e instituições que compõem o Sistema Financeiro Nacional (SFN) estão envolvidos na trama se beneficiando de alguma forma. Estes mesmos setores que estão presentes na elaboração e implantação da Estratégia Nacional de Educação Financeira.

Todo esse movimento fez com que grande parte da população tivesse acesso aos serviços e produtos financeiros, que atendem tanto aos tomadores (consumidores e empreendedores) quanto aos investidores (poupadores). Cabe ao sistema bancário fazer justamente essa intermediação entre aqueles que têm sobra de recursos e os que têm demanda por recursos. Para a grande maioria das pessoas que só agora está tendo acesso ao mercado de produtos financeiros, é tudo muito novo. Nesse aspecto a Estratégia Nacional de Educação Financeira está muito bem estruturada, pois está conseguindo concatenar os interesses do governo, das empresas e da população em torno de uma proposta educacional que possui status de política de estado de caráter transnacional.

Todavia, infelizmente nem tudo são flores. A até então “sólida” economia brasileira que vinha relativamente bem até o ano de 2013, em 2014 e 2015 parece estar “derretendo”.

Existem algumas distorções em relação a alguns números que precisam ser corrigidos. Como já vimos (p. 29), grande parte das riquezas geradas no país (mais de 80% do PIB) é destinada ao consumo (das famílias e do governo). Logicamente, o consumo é a principal força motriz das economias neoliberais, pois sem consumo não há produção e foi graças a ele

que a economia brasileira deu um salto de crescimento entre os anos de 2006 e 2010. Porém, um dos problemas que o excesso de consumo gera é a sobra insuficiente de recursos para elevar a taxa de poupança e investimentos. Sem investimentos não há como aumentar a produção, a competitividade e as exportações para que o crescimento se dê de forma sustentada. A economia brasileira vive em 2015 um momento de incertezas, já que o modelo econômico baseado predominantemente no consumo interno parece ter se esgotado, entretanto “não é um sinal do fim do capitalismo, mas apenas da exaustão de mais um pasto (BAUMAN, 2010, p. 10)”. Os níveis de investimentos em produção não acompanharam as demandas de consumo em relação ao PIB. Outra consequência desse quadro é a inflação de preços por falta de produtos e a perda de capacidade de crescimento. O estímulo ao consumo no mercado interno não trouxe os investimentos esperados e o país a partir de agora precisa mudar sua estratégia para entrar em um novo ciclo de crescimento.

Para complicar um pouco mais o país atravessa uma grave crise política que pode desencadear uma forte crise econômica. No prazo de apenas um ano a economia brasileira foi do (quase) céu ao inferno. Escândalos de corrupção envolvendo a principal empresa do país (Petrobras) após um conturbado processo eleitoral para presidência da república diminuíram consideravelmente a confiança da população e dos investidores. Enquanto a economia norte-americana se recupera, a dos países emergentes desacelera (inclusive a China).

Medidas como contingenciamento orçamentário, alterações na concessão de benefícios sociais, cortes em projetos de desenvolvimento, reajustes de preços administrados (energia e combustíveis) foram adotadas por parte do governo no início de 2015 no intuito de retomar o equilíbrio das contas públicas e conter a inflação. No curto prazo essas medidas poderão afetar negativamente o padrão de vida da população. O medo da exclusão e as incertezas evidenciam a volatilidade financeira dos mercados no mundo líquido-moderno. As pessoas já parecem se sentir como se estivessem em uma “perniciosa versão da dança das cadeiras, jogada pra valer. O verdadeiro prêmio nessa competição é a garantia (temporária) de ser excluído das fileiras dos destruídos e evitar ser jogado no lixo (BAUMAN, 2007, p. 10)”. A angústia é gerada pelo risco de “perder o fruto de nossas conquistas pessoais e nosso conforto material, seja pelas crises econômicas, seja pela insegurança e instabilidade [...] (BITTENCOURT, 2010, p. 76)”.

Em 2010 havia um excesso de otimismo em relação ao futuro econômico do Brasil. Em 2015 o excesso de pessimismo paira sobre nossas cabeças como se já anunciasse a chegada de uma catástrofe econômica para o país.

Não podemos prever o que vai acontecer, porém uma coisa é certa: tanto nos ciclos de crescimento como nos períodos de recessão os saberes financeiros instituídos podem ser postos a prova e a população atravessada pelos discursos emancipadores presentes na Estratégia Nacional de Educação Financeira poderá ser convocada a dar sua valiosa contribuição para reestabilizar a economia nacional seja consumindo, investindo, empreendendo ou adotando uma atitude mais austera de acordo com os princípios econômicos neoliberais dando mais uma mostra de que “[...] o deslocamento neoliberal a que hoje se assiste – ‘da educação’ [...] – terá implicações que vão além do que as análises marxistas costumam apontar (VEIGA-NETO, 2007, p. 69)”.

Para dar as respostas desejadas pelo governo e mercado devemos estar aptos. Por ora, só nos resta aguardar para saber qual será a próxima ordem do discurso.

Para encerrar, espero que este trabalho possa trazer algumas contribuições e se some a tantos outros orientados pela perspectiva pós-estruturalista na educação.

## REFERÊNCIAS

ALVES, M. C. **Projeto de lei da câmara nº 171, de 2009**. Determina que o tema “educação financeira” integre o currículo da disciplina Matemática. Parecer final da Relatora, de 05 de fevereiro de 2013. Senado, Brasília. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/121923.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

AMOS, K. **Governança e governamentalidade**: relação e relevância de dois conceitos científico-sociais proeminentes na educação comparada. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. especial, p. 23-38, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br>>. Acesso em: 19 set. 2014.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_, Z. **Modernidade Líquida**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

\_\_\_\_\_, Z. **Vida líquida**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

\_\_\_\_\_, Z. **Vida para consumo**: a transformação de pessoas em mercadorias. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BAUMAN, Z.; MAY, T. **Capitalismo parasitário**: e outros temas contemporâneos. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

BELLO, S. E. L.; TRAVERSINI, C. S. **Saber Estatístico e sua curricularização para o governo de todos e de cada um**. Boletim de Educação Matemática, Rio Claro (SP), vol. 24, num. 40, dezembro, 2011, pp. 855-871, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. ISSN (versão impressa): 0103-636X. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=291222113012>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

BELLO, S. E. L.; TRAVERSINI, C. S. **O numerável, o mensurável e o auditável**: estatística como tecnologia para governar. Educação & Realidade, vol. 34, num. 2, mai/ago, 2009, pp. 135-152, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. ISSN (versão on line): 2175-6236. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br>>. Acesso em: 28 out. 2014.

BITTENCOURT, R. N. **A estrutura simbólica da vida líquida em Zygmunt Bauman.** Argumentos Revista de Filosofia, ano 2, num. 4, 2010, pp. 75-85. Disponível em: <[www.famesc.edu.br/famesc/biblioteca/livros\\_bauman/12.pdf](http://www.famesc.edu.br/famesc/biblioteca/livros_bauman/12.pdf)>. Acesso em: 26 fev. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2.010.** Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Presidência da República – Casa Civil. Brasília: D.O.U., 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm)>. Acesso em: 07 dez. 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1.996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: D.O.U., 1.996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 07 dez. 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais (ensino de 1ª a 4ª série). Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Médio:** bases legais. Brasília: MEC/SEMT, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2014.

BRUHN et al. **O Impacto da Educação Financeira do Ensino Médio - Evidência Experimental do Brasil.** Grupo de Pesquisa de Desenvolvimento do Banco Mundial e Região do Caribe e América Latina, 2013. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

CASTRO-GOMES, S. **Historia de la gubernamentalidad:** razón de estado, liberalismo y neoliberalismo en Michel Foucault. Bogotá: Siglo Del Hombre Editores, Pontificia Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Santo Tomás de Aquino, 2010.

CONEF - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. **Plano Diretor que Consolida a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF):** Orientação para Educação Financeira nas Escolas. D.O.U., 2011. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

COSTA, S. S. G. **Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo.** Educação & Realidade. v. 34, n. 2, p. 171-186, mai./ago. 2009. ISSN 2175-6236. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br>>. Acesso em: 20 set. 2014.

DALBERIO, M. C. B. **Neoliberalismo, políticas públicas e a gestão democrática na escola pública de qualidade.** São Paulo: Paulus, 2009.

ERNST & YOUNG TERCO / FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Brasil sustentável – crescimento econômico e potencial de consumo.** 2008. 25 p. Disponível em: <<http://www.ey.com>>. Acesso em 28 ago. 2014.

FEBRABAN – FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. **Bancarização e inclusão financeira no Brasil.** In: III Congresso Latino Americano de Bancarização e Microfinanças. 2011. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br>>. Acesso em 28 ago. 2014.

FILIPPELLI, T. **Substitutivo adotado pela CCJC ao projeto de lei nº 3.401-A, de 2004.** Altera a redação do artigo 26 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Parecer do Presidente da CCJC, de 15 de julho de 2009. Câmara dos Deputados, Brasília.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** 5 ed. São Paulo: Loyola, 1999.

\_\_\_\_\_, M. **História da sexualidade I – A vontade de saber.** 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_, M. **Microfísica do poder.** 19 ed. São Paulo: Graal, 2004.

\_\_\_\_\_, M. **Nascimento da biopolítica: Curso no Collège de France, 1978-1979.** 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_, M. **Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France, 1977-1978.** 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

\_\_\_\_\_, M. **The History of sexuality – Volume 1: An Introduction.** 1st American Edition. Translated from the French by Robert Hurley. New York: Pantheon Books, 1978.

\_\_\_\_\_, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GADELHA, S. **Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GENTILI, P. (Org.) **Neoliberalismo e educação: manual do usuário**. In: SILVA, T. T.; GENTILI, P. Escola S. A. Quem ganha e quem perde no mercado educacional no liberalismo. Brasília: CNTE, 1996.

HAMANN, T. H. **Neoliberalismo, governamentalidade e ética**. *Ecopolítica*, n. 3, p. 99-133, mai./ago. 2012. ISSN: 2316-2600. Disponível em: <[www.revistas.pucsp.br/ecopolitica](http://www.revistas.pucsp.br/ecopolitica)>. Acesso em: 18 set. 2014.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

KAMAKURA, W. A.; MAZZON, J. A. **Estratificação socioeconômica e consumo no Brasil**. São Paulo: Editora Blucher, 2013.

LOBBE NETO, A. A. **Projeto de lei nº 3.401, de 27 de abril de 2004**. Cria a disciplina “Educação Financeira” nos currículos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental, e do ensino médio. Câmara dos Deputados, Brasília. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=54E982BE84F1B2E1221DBD54EAAA9FDA.node1?codteor=213204&filename=PL+3401/2004](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=54E982BE84F1B2E1221DBD54EAAA9FDA.node1?codteor=213204&filename=PL+3401/2004)>. Acesso em: 20 nov. 2013.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. **Financial Literacy and Retirement Planning in the United States**. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 2011. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w17108>>. Acesso em 06 nov. 2012.

MASCIA, M. A. A. **Investigações discursivas na pós-modernidade: uma análise das relações de poder-saber do discurso político educacional de língua estrangeira**. Campinas: Mercado das Letras, São Paulo: FAPESP, 2002.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Resolução SEE nº 2.486, de 20 de dezembro de 2013**. Dispõe sobre a universalização do Reinventando o Ensino Médio nas Escolas da rede pública estadual de Minas Gerais. Belo Horizonte: SEE-MG, 2013. Disponível em: <<http://crv.educacao.mg.gov.br>>. Acesso em: 26 jul. 2014.

NERI, M. C. **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008. Disponível em: <[http://www.cps.fgv.br/cps/classe\\_media/](http://www.cps.fgv.br/cps/classe_media/)>. Acesso em: 06 nov. 2012.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, São Paulo: Pontes, 6ª edição, 2005.

PINTO, N. **Substitutivo ao projeto de lei nº 3.401, de 27 de abril de 2004**. Inclui o tema Educação Financeira no conteúdo da disciplina de matemática, nos currículos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e do ensino médio. Parecer reformulado, de 21 de fevereiro de 2006. Câmara dos Deputados, Brasília. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=376901&filename=Tramitacao-PL+3401/2004](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=376901&filename=Tramitacao-PL+3401/2004)>. Acesso em: 20 nov. 2013.

ROSE, N.; MILLER, P. **Governando o presente**. São Paulo: Paulus, 2012. (Coleção Biopolíticas).

SARAIVA, K.; VEIGA-NETO, A. **Modernidade líquida, capitalismo cognitivo e educação contemporânea**. In: Educação & Realidade. Maio/Agosto, 2009.

TOURAINÉ, A. **Pensar de Outro Modo**. 1 ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2010. (Tradução de: Penser Autrement).

VEIGA-NETO, A. **Currículo: um desvio à direita ou delírios avaliatórios**. In: Colóquio sobre Questões Curriculares e Colóquio Luso-Brasileiro de Currículo. 10., 6., 2012. Belo Horizonte. Textos... Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2012. p. 17. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br>>. Acesso em 20 set. 2014.

\_\_\_\_\_, A. **Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades**. In: Colóquio Foucault. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br>>. Acesso em 20 set. 2014.

\_\_\_\_\_, A. **Foucault & a educação**. 2 ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VEIGA-NETO, A.; LOPES, M. C. **Para pensar de outros modos a modernidade pedagógica**. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, v. 12, n. 1, p.147-166, jul./dez. 2010. ISSN: 1676-2592. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/etd/v12n01/v12n01a10.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

\_\_\_\_\_, A. **Quase uma carta de princípios**. In: AMORIM, A. C.; FERRAÇO, C. E.; GABRIEL, C. T. (org). **Teóricos e o campo do currículo (e-book)**. Lisboa, 2012b. Disponível em: <[www.bibliotecadigital.unicamp.br](http://www.bibliotecadigital.unicamp.br)>. Acesso em: 19 fev. 2015.

Anexo 1

Infográfico da ENEF

## ENTENDENDO A ENEF

Nos últimos anos, o Brasil tem visto sua economia se desenvolver, com mais pessoas acessando produtos e serviços financeiros:

- O desenvolvimento da economia brasileira.
- O crescente número de pessoas consumindo e acessando o Sistema Financeiro.

= **É preciso melhorar o grau de educação financeira da população brasileira.**



**Em 2010 fica instituída a**  
**Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF,**  
uma política de Estado de caráter permanente que conta com a mobilização de diferentes setores da sociedade brasileira.

**Em 2013,**  
**45**  
**países...**

com base na lista da OCDE já haviam criado suas **Estratégias Nacionais de Educação Financeira** ou por terem avançado em projetos na área. O Brasil é um dos países do G20 que conta com uma ENEF.

A ENEF, instituída pelo Decreto nº 7.397/2010, tem como finalidade:



Fortalecer a cidadania

Disseminar a educação financeira e previdenciária

Promover a tomada de decisões financeiras conscientes e autônomas

**ENEF**

Aumentar a eficiência e solidez do sistema financeiro

Dentre as Diretrizes da ENEF, destacamos:



**Atuar com informação, orientação e formação.**



**Gratuidade das ações e prevalência do interesse público.**



**Gestão centralizada, atividades descentralizadas.**

Integram o **Comitê Nacional de Educação Financeira – CONEF**, instância responsável pela direção, supervisão e fomento da ENEF:



Ministério da Justiça



Ministério da Previdência Social



Ministério da Educação



Ministério da Fazenda









Fazem parte da ENEF os seguintes programas:



**PROGRAMAS TRANSVERSAIS**  
Ações que perpassam vários setores e transcendem os interesses de uma instituição específica. São coordenados pela AEF-Brasil.



**PROGRAMAS SETORIAIS**  
Ações e programas realizados pelas instituições membros do CONEF.

A ENEF tem dois documentos norteadores



Orientações para Educação Financeira nas Escolas



Orientações para Educação Financeira de Adultos

Outras ações relevantes vinculadas à ENEF:



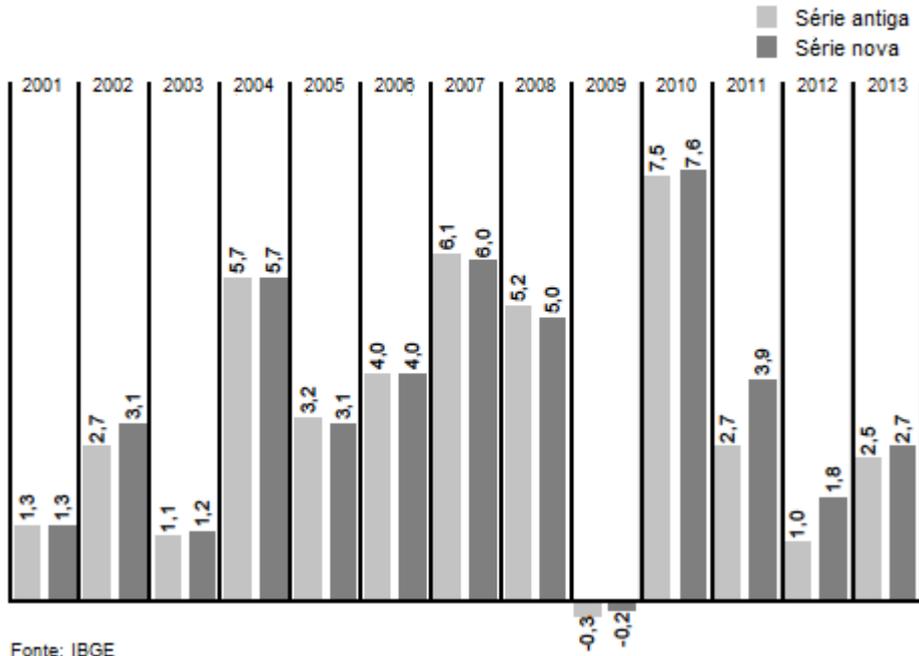




## Anexo 2

## Revisão do PIB (2001-2013)

Variação em volume, em %



Fonte: IBGE

Gráfico 8: PIB brasileiro revisado (2001-2013)

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística